

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS “POETA TORQUATO NETO”
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

Leonardo José Da Silva Costa

**A REGIÃO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO GEÓGRAFO: AS
REGIONALIZAÇÕES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO PIAUIENSE**

TERESINA- PI

2022

Leonardo José Da Silva Costa

A REGIÃO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO GEOGRÁFO: AS REGIONALIZAÇÕES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO PIAUIENSE

Monografia exigida como Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, sob a orientação do (a) Prof. (a) Dr. Jorge Martins Filho.

TERESINA – PI, 2022.

C837r Costa, Leonardo José da Silva.

A região como ferramenta de análise do geógrafo: as regionalizações do espaço geográfico piauiense / Leonardo José da Silva Costa. - 2022.

104 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Curso Licenciatura Plena em Geografia, *Campus* Poeta Torquato Neto, Teresina-PI, 2022.

“Orientador(a): Prof(a). Dr. Jorge Martins Filho.”

1. Região. 2. Regionalização. 3. Piauí.

I. Título.

CDD: 918.122

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca Central da UESPI

Grasielly Muniz Oliveira (Bibliotecária) CRB3/1067

Leonardo José da Silva Costa

**A REGIÃO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO GEOGRÁFO: AS
REGIONALIZAÇÕES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO PIAUIENSE**

Monografia exigida como Trabalho de
Conclusão de Curso Licenciatura Plena
em Geografia da Universidade Estadual
do Piauí – UESPI, sob a orientação do(a)
Prof. (a) Dr. Jorge Martins Filho.

Aprovada em: _____ / _____ / 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Martins Filho

Doutor em Geografia – UESPI

Presidente

Prof^a. Dra. Joana Aires da Silva

Doutora em Geografia – UESPI

Membro

Prof^a. Dra. Maria Tereza de Alencar

Doutora em Geografia – UESPI

Membro

Dedico esse trabalho aos meus pais, Antonia Araújo da Silva e José de Maria Costa Sampaio, que são os responsáveis por me possibilitarem concluir essa realização profissional, e que para mim são exemplos de pessoas guerreiras.

E á todos os mestres e doutores, familiares e amigos, que direta e indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso se constrói como um resultado a partir de uma longa e extensa caminhada, que na qual se constituiu de muito aprendizado e superação de dificuldades, e assim não poderia de destacar todas as contribuições nas quais recebi ao longo dessa jornada. E também não poderia deixar de agradecer todo o apoio, amizade, respeito e parceria nas quais recebi de incontáveis pessoas que compartilharam comigo as alegrias, os desafios e vivência na Universidade, de tal maneira agradeço:

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por me permitir poder vivenciar todas essas oportunidades e sempre me guiar com sabedoria através de todas os períodos difíceis que serviram como meios de aprendizado e de motivação e por sempre proteger a mim e as pessoas a minha volta.

Aos meus pais, José de Maria e Antonia Araújo, que sempre fizeram tudo que estava ao alcance para que eu pudesse realizar meus sonhos, e jamais mediram esforços para que isso fosse possível, obrigado por todo apoio, amor e compreensão sem vocês eu sei que nada seria.

Aos meus avós, maternos, Antônio Vale da Silva (*in memorian*) e Francisca Ferreira Araújo (*in memorian*) que tenho certeza que estão muito felizes ao lado de Deus, e dos quais tenho uma boa saudade e sempre estarão comigo.

A minha namorada, Amanda Misaely Ferreira, que sempre esteve ao meu lado, desde o começo e acompanhou de perto meu esforço e todo o desenvolvimento deste trabalho, e na qual eu compartilho sonhos e tenho certeza que conseguiremos realizá-los, saiba que eu te amo muito, obrigado por tanto.

A toda a minha família, irmãos, tios (as), primos (as), sobrinhos, madrinhas e padrinhos, nos quais sempre que precisei me ajudaram e apoiaram e sou sempre muito grato.

A todos os professores da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), pelas incontáveis colaborações ao longo da graduação, em especial aos professores: Dr. Jorge Martins Filho, que colaborou de forma significativa dentro da Universidade e se tornou para mim uma inspiração no meio acadêmico e que me orientou neste trabalho de forma respeitosa e que sempre esteve presente durante este período. A professora Dra. Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, que sempre prestativa não somente a minha pessoa, mas também á toda nossa turma, é uma inspiração de

seguir em frente, um exemplo do “ser professor”, A professora Dra. Joana Aires da Silva, que para mim é um exemplo de humildade, e de professora, e que sempre me ajudou e possibilitou desenvolver uma visão crítica e consciente e humana dos conceitos que abordam a ciência geográfica nas disciplinas e nas monitorias.

Aos amigos de turma, que possibilitaram levar esses anos de uma forma mais leve e que colaboraram a desenvolver também o conhecimento durante as aulas, trabalhos, e seminários, sendo de forma conjunta ou nos debates acalorados onde sempre discutimos a Geografia e suas inúmeras discussões e possibilidades, em especial aos amigos Matheus Carvalho, Vinicius Naam, Mayara Beatriz, Maria Liliana, Juscelino Gabriel, Adriana Oliveira Silva, Fabio Ferreira e Joel Rodrigo.

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI, por me possibilitar concluir minha primeira graduação de nível superior.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, tornaram possível a realização deste trabalho.

Gratidão a todos!

“Meu bem, o mundo inteiro está naquela estrada ali em frente. Tome um refrigerante, coma um cachorro quente. Sim, já é outra viagem. E o meu coração selvagem tem essa pressa de viver”.

(Belchior)

RESUMO

A região como uma ferramenta de análise do Geógrafo, denota a importância do conceito de região para a Geografia o definindo este a partir de uma criação intelectual, sendo utilizado para diferenciações de áreas da superfície terrestre, observando juntamente as co-relações decorrentes de sua aplicação no espaço geográfico. Partindo desse pressuposto, essa pesquisa obteve, como questionamento norteador analisar a Região como uma ferramenta da Geografia, considerando sua evolução no pensamento geográfico, bem como a sua aplicação no território brasileiro e piauiense, levando em consideração a sua devida atuação através de órgãos governamentais para os devidos fins de planejamento e controle do território, bem como de teóricos que trataram a região como base de estudos geográficos. Tendo como principais autores que embasaram a fundamentação teórica dessa investigação foram: Gomes (1995), Corrêa (2003), Lencioni (1999) dentre outros. A pesquisa se enquadra por seus fins científicos metodológicos como do tipo descritiva e explicativa, com abordagem qualitativa, pois investigou mediante os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, os principais aspectos que evidenciam a constatação da importância do conceito de região e de regionalização para a Geografia como ciência que estuda o espaço e a sua organização, juntamente com a aplicação desse referido conceito no território brasileiro e posteriormente no espaço geográfico do Estado do Piauí. Dessa forma foi possível constatar que a obra em questão trouxe, as principais regionalizações que foram propostas tanto por teóricos como pelo estado, ressaltando a importância da região como ferramenta que analisa, diferencia e recorta o espaço a fim de organizá-lo através da regionalização.

Palavras-chave: Região; Regionalização; Piauí.

RESUMEN

La región como herramienta de análisis del Geógrafo, denota la importancia del concepto de región para la Geografía, definiendo ésta desde una creación intelectual, siendo utilizada para diferenciaciones de áreas de la superficie terrestre, observando conjuntamente las correlaciones que surgen de su aplicación en el espacio geográfico. A partir de este supuesto, esta investigación obtuvo, como pregunta orientadora, analizar la Región como herramienta de la Geografía, considerando su evolución en el pensamiento geográfico, así como su aplicación en el territorio brasileño y piauiense, teniendo en cuenta su correcta actuación a través de los organismos gubernamentales para los fines propios de la planificación y control del territorio, así como los teóricos que trataron la región como base de los estudios geográficos. Teniendo como principales autores que fundamentaron la base teórica de esta investigación fueron: Gomes (1995), Corrêa (2003), Lencioni (1999) entre otros. La investigación se ajusta por sus propósitos científicos metodológicos como de tipo descriptivo y explicativo, con enfoque cualitativo, pues investigó a través de los procedimientos técnicos de investigación bibliográfica y documental, los principales aspectos que muestran la importancia del concepto de región y regionalización para la Geografía como ciencia que estudia el espacio y su organización, junto con la aplicación de este concepto en el territorio brasileño y posteriormente en el espacio geográfico del Estado de Piauí. Así se pudo comprobar que el trabajo en cuestión trajo las principales regionalizaciones que fueron propuestas tanto por los teóricos como por el Estado, destacando la importancia de la región como herramienta que analiza, diferencia y recorta el espacio para organizarlo a través de la regionalización.

Palabras clave: Región; Regionalización; Piauí.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Proposta de Divisão Regional do Brasil (Delgado de Carvalho-1913)	41
Figura 2 -	Regiões do Brasil Segundo Vários Autores	42
Figura 3 -	Proposta de Divisão Regional do Brasil (André Rebouças-1889)	44
Figura 4 -	Proposta de Divisão Regional do Brasil (Elisée Reclus -1893)	45
Figura 5 -	Proposta de Divisão Regional do Brasil (Said Ali-19105)	46
Figura 6 -	Proposta de Divisão Regional do Brasil (Pe. Geraldo Pauwels 1926)	47
Figura 7 -	Proposta de Divisão Regional do Brasil (Pierre Denis-1927)	48
Figura 8 -	Proposta de Divisão Regional do Brasil (Betim Paes Leme-1937)	48
Figura 9 -	Proposta de Divisão Regional do Brasil (Moacir Silva-1939).	49
Figura 10 -	Divisão Regional do Brasil de 1940 – IBGE	53
Figura 11 -	Divisão Regional do Brasil de 1970 – IBGE	59
Figura 12 -	Divisão Regional do Brasil de 1990 em Meso e Microrregiões – IBGE	62
Figura 13 -	Linha do Tempo: as divisões regionais brasileiras elaboradas pelo IBGE	63
Figura 14 -	Regiões de influência das cidades – (2018)	66
Figura 15	Mapa Político da Região Nordeste	68
Figura 16 -	Estado do Piauí: Zonas Fisiográficas	72
Figura 17 -	Microrregiões Homogêneas; Estado do Piauí	73
Figura 18 -	Regiões Funcionais Urbanas; Estado do Piauí	74
Figura 19 -	Regionalização Modelo de Potencial; Estado do Piauí	76
Figura 20 -	Estrutura Espacial; Estado do Piauí	77
Figura 21 -	Regionalização do Espaço Piauiense: Microrregiões Geográficas	79
Figura 22 -	Regionalização do Espaço Piauiense: Mesoregiões Geográficas	80
Figura 23 -	Divisão Regional do Estado do Piauí em Macrorregiões	85
Figura 24 -	Divisão Regional do Estado do Piauí em Territórios de Desenvolvimento	86
Figura 25 -	Aglomerados Municipais do Estado do Piauí	87
Figura 26 -	Regiões Turísticas do Estado do Piauí	89

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 -	Estrutura Conceitual de Região	21
Quadro 2 -	Princípios tradicionais de regionalização	22
Quadro 3 -	Principais propostas de divisão regional do Brasil de 1889 a 1990	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG	Aglomerados Municipais
CNE	Conselho Nacional de Estatística
CNG	Conselho Nacional de Geografia
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DITER	Divisão de Estudos Territoriais
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INE	Instituto Brasileiro de Estatística
MH	Microrregiões Homogêneas
MR	Macrorregiões
PDR	Plano Diretor de Regionalização do Estado do Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PIEMTUR	Piauí Turismo
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
SEDUL	Sistema Estadual de Desenvolvimento Urbano e Local
SEMPPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
SETUR	Secretaria de Turismo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TD	Territórios de Desenvolvimento
UF	Unidades Federativas
UGI	União Geográfica Internacional
ZF	Zonas Fisiográficas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O CONCEITO DE REGIÃO: ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA	18
2.1	A Geografia e a Região: O conceito de região nas correntes do pensamento geográfico	24
2.2	Espaço Geográfico E Região: A região como um conceito-chave da Geografia.	32
3	A REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	36
3.1	Primeiras propostas regionalizar o espaço brasileiro	38
3.2	Estado e Região: A regionalização do Território Brasileiro através do IBGE	50
3.3	Regiões De Influência Das Cidades	63
3.4	A Região Nordeste: A formação regional do Nordeste, a região como ferramenta de planejamento e desenvolvimento	67
4	A REGIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO PIAUIENSE	71
4.1	O Espaço Geográfico Piauiense E As Regionalizações: A regionalização para fins de desenvolvimento local	88
5	CONCLUSÃO	92
	REFERÊNCIAS	94
	APÊNDICE A	100

1 INTRODUÇÃO

O conceito de região é utilizado em várias ciências não sendo exclusivo da Ciência Geografia, tal conceito tem sua implicação nos campos da política, da dinâmica dos estados, da organização da cultura e das diversidades existentes no espaço. A região assim também se relaciona as projeções espaciais dentro das noções de autonomia, soberania, direito e de suas representações. A partir das perspectivas atuais a discussão do conceito regional á partir das redefinições do papel do estado, instiga o debate das questões regionais, considerando o papel da Geografia importante sendo que a região é um conceito-chave da mesma.

Nesse sentido, esse conceito se apresenta tanto no senso comum onde este é vinculado a localização e extensão de determinados fenômenos e limites espaciais, outrora também como uma unidade administrativa, sendo criada intelectualmente a partir de um determinado interesse baseada divisão regional como hierarquia e controle do estado e por fim no domínio das ciências em geral, nos quais a região está associada á localização de determinados fenômenos ou de um domínio em questão.

Assim, considera-se uma definição própria através de uma noção de diferenciação de áreas, na ciência geográfica a utilização deste conceito torna-se mais complexo, devido ás indefinições e a utilização na linguagem comum, sendo assim necessária uma adjetivação do que é a região para diferenciá-la do senso comum, obtendo assim vários conceitos do termo região e cada um tendo o seu próprio significado inserindo-se assim dentro dos paradigmas da Geografia.

De acordo com a visão de Gomes (1995) A região é considerada uma entidade concreta, que resulta da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre aspectos territoriais assim ocupados. A partir dessa análise consideramos a região como a realização de um processo universal onde o capitalismo se posiciona como um elemento propulsor e uniformizador, e aquilo que se coloca como o próprio e particular são os elementos de diferenciação, então a região se coloca como uma dimensão espacial das especificidades na totalidade do espaço-social.

Dessa forma a aplicação do conceito de região passa a ser uma técnica da Geografia, como uma alternativa ou um meio e não mais como um produto, o regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios não somente teóricos mais práticos que são explicitados e variam de acordo com a

necessidade em questão, sendo em muitos casos empregada a região para fins de ação e controle de um determinado território, assim nas unidades territoriais onde se aplicam através de um discurso de recuperação e de desenvolvimento.

A pesquisa objetivou de maneira geral analisar a Região como uma ferramenta da Geografia, e o seu desenvolvimento na Ciência Geográfica, bem como suas diferenciações das demais ciências e seu uso, e sua aplicação no Brasil e principalmente no espaço geográfico do Estado do Piauí, levando em consideração sua aplicação por meio dos órgãos públicos com fins de ação e controle para o desenvolvimento.

O recorte da pesquisa evocou várias questões a serem analisadas e discutidas: Por que estudar a Região? Como se estabeleceram os estudos regionais? Por que entender o processo de regionalização no território? Essas questões e suas temáticas são relevantes e ao mesmo tempo instigantes para compreendermos a ação do geógrafo com o espaço e a região e também para a construção da presente pesquisa.

Estudar a região como instrumento de ação ou até mesmo como uma “ferramenta”, do geógrafo, possui a especificidade de preocupar-se com leituras para as configurações regionais de forma vinculada ao planejamento, o que nos remete ao que a região “deveria ser” em prol de propósitos políticos e econômicos. Nesse quesito de evolução do conceito do que é a região a Geografia preocupou-se em definir essa como seu objeto de estudo, e ao longo da evolução do pensamento geográfico tal conceito se fez presente nas análises e nas interações espaciais.

No que se refere à metodologia a pesquisa se configurou quanto aos fins científicos como do tipo descritiva e explicativa, e com a abordagem qualitativa, com os procedimentos técnicos empregados através de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental seguindo etapas de análise metodológicas através de consultas a obras que fundamentaram a pesquisa bem como a consulta a legislação brasileira, no tocante a região e a sua aplicação.

A respectiva pesquisa em primeiro momento foi realizada a partir de um estágio de análise de material bibliográfico, que abordou em seus estudos respectivamente sobre o surgimento do conceito-chave de região e as suas relações com espaço geográfico juntamente as correntes de pensamento da Ciência Geográfica. Conforme esclarece Boccato (2006, p.266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Partindo do ponto de uma segunda etapa, observou-se a partir de análises também bibliográficas e documentais o decorrer do desenvolvimento do conceito de região e sua aplicação no território brasileiro, dentre a bibliografia estudada e os documentos que foram abordados, dessa forma foram considerados obras de autores que dentro da temática regional, discutam e analisam o espaço a partir da região, e o como se estruturaram os principais recortes regionais no espaço geográfico brasileiro, nordestino e piauiense, dentro do contexto histórico local e de como foram e são constituídas as tomadas de decisões que entrelacem o poder público e a questão da região.

Partindo de uma terceira etapa a pesquisa labutou em gabinete os trabalhos de artigos/livros da mesma área e de áreas afins. Estabelecendo dentro da temática do projeto de pesquisa os principais objetivos que fora assim trabalhados. Elaborou também dentro da fundamentação teórica e metodológica, uma base teórica dentro dos principais autores que trabalharam a questão das regiões.

Logo em seguida sendo necessário descrever os dados e informações que se configuraram como relevantes ao desenvolvimento da pesquisa, trabalhando dentro das correntes do Pensamento Geográfico com mais ênfase a corrente da geografia crítica e sua percepção e de seus principais teóricos a visão do que seja e de como se relacionam nos espaços e a região juntamente as regionalizações, utilizando do método dialético, descrevendo os conceitos mais utilizados.

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO, CARVALHO, SIMÕES, 2008: 148)

A pesquisa objetivou de forma específica a partir da temática geral, analisar as regionalizações do espaço geográfico piauiense a partir da utilização da região como uma ferramenta de intervenção; E nos demais objetivos específicos, conhecer a evolução do conceito de região na história do pensamento geográfico; Apresentar a região como ferramenta de análise do Geógrafo e as suas contribuições junto ao desenvolvimento econômico e social; Especificar as principais propostas de regiões e regionalizações que se apresentaram no território brasileiro, e suas aplicações político administrativas; Argumentar a importância dos recortes regionais para o estado do Piauí.

Deste modo, a pesquisa se justifica ao buscar enriquecer as pesquisas no entorno que se relacionam às regiões e colaborar com planejamento e organizações administrativas locais, contribuindo também para mais pesquisas acadêmicas que poderão e serão necessárias posteriormente.

2 O CONCEITO DE REGIÃO: ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA

Ao falarmos sobre o que é a região, sobretudo na Geografia, surgem diversas dificuldades pelo fato de que a região se apresenta como um termo considerado polissêmico, por ser utilizado em várias escalas e até mesmo por outras ciências como na biologia, antropologia, psicologia, sociologia, na administração pública, na história e também nas ciências econômicas e em cada uma delas se apresentam os seus respectivos significados adequados.

Mas é na Geografia que tal conceito se mostra mais forte, a região dentro da Geografia como uma ciência humana, passou por diversas fases e períodos ao longo do desenvolvimento da Ciência Geografia, e é considerado um conceito chave da Geografia demasiadamente utilizado desde o surgimento dessa ciência, haja visto que a região se refere a um tipo de unidade espacial.

Dentre o surgimento do conceito de região podemos considerar duas hipóteses sendo a primeira de acordo com Lencioni, (1999a) “a palavra região está presente no conhecimento elaborado desde a antiguidade, tal palavra sendo denominada pelos gregos, e também a primeira regionalização concebida através de determinado método”.

O segundo surgimento da região de acordo com Gomes, (1995) “remete aos tempos do império romano, a palavra região deriva do latim *regere*. *Regione* nos tempos do império romano era uma denominação de certa forma utilizada para indicar áreas que estavam subordinadas as regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma mesmo que ainda dispusessem de algum tipo de administração local.

Com o passar dos anos e o fim do império romano, do tempo que remete à idade média ao surgimento dos estados modernos no continente europeu, a questão regional se fez presente a partir do ponto que era utilizada como uma subdivisão de áreas de feudos, passando também pelas mãos da igreja que utilizava como uma divisão espacial na qual mantinha uma hierarquia administrativa e mantinha nos recortes em unidades a sua relação de poder.

Na sua etimologia, a palavra região indica extensão e poder sobre uma área e foi compreendida ao longo da história sobre diferentes enfoques: “como subdivisão de espaços, como espaços administrativos limitados e hierarquizados” (SUERTEGARAY, 2005, p. 55). Gomes (1995, p. 50-51) afirma que:

[...] alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial.

A partir do surgimento dos estados modernos na Europa a questão dos espaços, regionais tornaram-se, uma discussão que remete a questão da centralização do poder, o fator administrativo e as diferenças presentes a partir das diversidades espaciais sendo elas físicas, culturais, econômicas e políticas, e de que forma a questão regional é aplicada nessas ocasiões, nesse respectivo período o pensamento geográfico começa a tomar forma considerada mais sistemática.

Antes de se tornar alvo de preocupações sistematizadas, os estudos regionais buscavam, sobretudo, identificar especificidades, curiosidades e descrições sobre as mais diferentes partes do globo (CLAVAL, 1998).

Tanto no linguajar comum quanto na Geografia, o conceito de região [...] está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, à aceitação da idéia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si. Da mesma forma, James e Martin (1972) afirmam que a região é uma “área contínua dotada de algum tipo de homogeneidade no seu interior [...] na linguagem técnica é aplicada a uma área de qualquer tamanho na qual há algum tipo de homogeneidade conforme especificado pelos critérios adotados para defini-la” (CORRÊA 2003, p. 22).

A partir de um crítico resgate histórico Roberto Lobato Corrêa apresenta a sua concepção de região:

[...] a região deve ser vista com o um conceito intelectualmente produzido. Partimos da realidade, claro, mas a submetemos à nossa elaboração crítica, na sequência, procurando ir além da sua apreensão em bases puramente sensoriais. Procuramos captar a gênese, a evolução e o significado do objeto, a região (CORRÊA, 2003, p.22).

Nas últimas décadas do século XIX, ocorreu o que se compreende como a institucionalização do conhecimento geográfico, a partir da criação de cátedras de Geografia na Alemanha e na França, que são consideradas as escolas base da chamada “Geografia Clássica”. Estas duas escolas desenvolviam conhecimentos fundamentais para a sociedade burguesa e industrial desses dois países, como o

conhecimento de novas terras e a aquisição de matéria-prima para a indústria que estava em expansão. “A geografia assim surgira com o intuito de servir a interesses burgueses de forma como um instrumento no processo de consolidação do sistema capitalista na Europa” (CARVALHO, 2002).

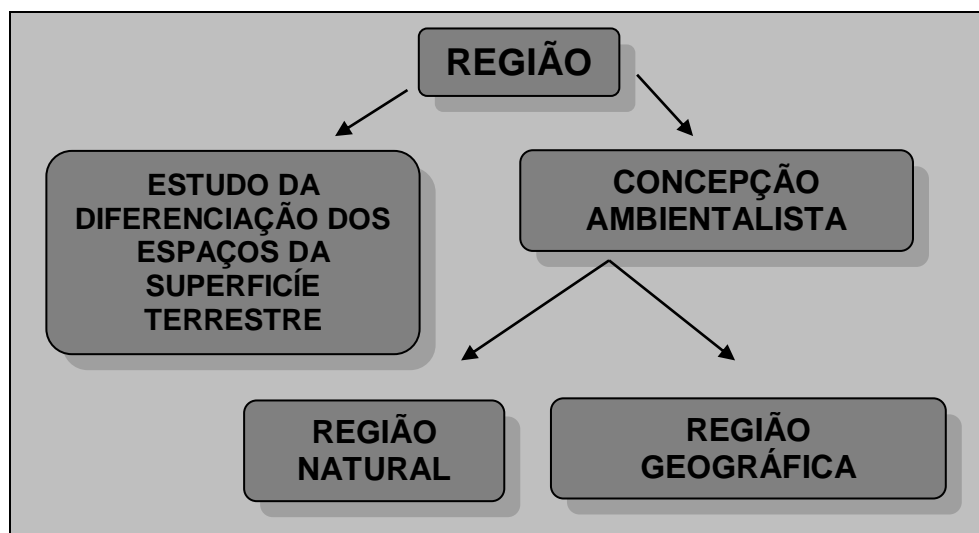
Com a institucionalização universitária, a comunidade científica centrou seus estudos em diretrizes norteadoras do pensamento geográfico clássico, denominadas por Capel (1985) como: “problemas-chave definidores da disciplina”. Dentre eles, destaca-se aqui o estudo da relação homem-meio, sistematizador da Geografia atual.

No que diz respeito à região, que se constituiu como primeira categoria, a mais importante delas foi a concepção ambientalista que, intermediada por um aparato metodológico de base naturalista, orientou a construção de alguns conceitos importantes na Geografia. “Entre eles, o conceito de região natural, que encontrou em Ratzel seu expoente, e a região geográfica, cujo principal difusor foi Vidal de La Blache” (CARVALHO, 2002).

A partir da percepção da relação homem e meio, por meio da abordagem ambientalista surgem os conceitos de região natural e região geográfica, no caso da primeira levando em consideração estudos geológicos, que serviram de base, pois observavam a região como um elemento da geografia física, um elemento da natureza, sugerindo como exemplo as próprias bacias hidrográficas que foram vistas como demarcadores naturais das regiões por muitos anos, o conceito de região natural surge da idéia de que o ambiente possui certo domínio sobre a orientação da sociedade.

A noção de região geográfica por sua vez, resume as ações que por sua vez as ações do homem sobre uma determinada paisagem, passando a ser compreendido como um eixo central de análise da geografia. A partir dessas diferenciações muitos estudos foram elaborados dentro dos debates de região natural e região geográfica, baseando – se na descrição de características físicas seguidas das descrições da estrutura populacional e suas atividades econômicas e culturais, com a finalidade de para cada recorte regional obter uma peculiaridade distinta sendo ele de caráter físico, morfológico ou outro elemento que possa definir uma estrutura local.

Quadro 1 - Estrutura Conceitual de Região:



Fonte: COSTA, (2022).

Segundo Corrêa (2003), ao considerar que “A região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico. Ao geógrafo cabe desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua configuração. O método recomendado é a descrição, pois só através dela é possível penetrar na complexa dinâmica que estrutura este espaço.

Dessa forma a perspectiva cabível para a contemplação da região é de que caiba ao geógrafo como um pesquisador se relacione e vivencie para assim compreender as manifestações e as individualidades que ali se tornam presentes na região.

Foi com Paul Vidal de La Blache (1845 -1918), um pensador do possível, ou seja, das inúmeras possibilidades que o homem tem diante da vida, que a geografia regional alcançou grande desenvolvimento. Para ele, a ciência geográfica deveria observar e compreender a singularidade dos lugares. Seu objetivo deveria ser o de compreender o único, mais do que indagar por um conceito que o definisse (LENCIONI, 1999b, p.189).

De acordo com Lencioni (1999b), ao pesquisar a região na Geografia encontramos a ideia de região com o geógrafo Alfred Hettner, no qual o seu pensamento buscava um retorno as idéias de Kant, em suas análises Hettner buscou qual seria a essência da Geografia, que segundo ele estaria no estudo das diferenciações da superfície terrestre, apresentando assim o estudo regional.

Hettner e La Blache afirmavam o estudo regional, porém com concepções diferentes. Para La Blache a região se evidencia na paisagem, e para Hettner ela não é auto-evidente onde os limites regionais são provenientes de um exercício intelectual, uma construção intelectual do pesquisador (LENCIONI, 1999b, p.190).

Haesbaert (2010), “considera a região com o aspecto do viés racionalista, a partir de uma visão globalizada advinda do capitalismo, a partir do qual a região seria uma construção intelectual do pesquisador. As regiões também podem ser ligadas ao fato de serem fenômenos concretos, voltadas ao viés realista, por conta dos fenômenos sócio-espaciais que se caracterizam como identidades regionais efetivas”.

Dessa forma compreende-se que existem várias formas de analisar a região, Haesbaert (2010), A princípio, consideramos importante pontuar que esta região pode ser entendida como um fato, diretamente ligada ao viés realista de reconhecimento das características que distinguem as porções do espaço, enquanto, na relação com o viés racionalista a região pode ser entendida como um meio, ou seja, uma construção intelectual do pesquisador.

A partir do crescimento do capitalismo e o avanço da globalização, ocorreu dentro da visão da geografia que ocorreria uma “morte” da região, devido ao processo de homogeneização cultural que é provocado pela globalização e o aumento nos padrões de consumo, dessa forma tornando desnecessário o estudo das regiões com suas particularidades.

Haesbaert, em seu livro Regional-Global (2010), apresenta um quadro síntese dos princípios de regionalização, nomeado como princípios tradicionais, que delinea as características das funções homogêneas e de polarização que dominaram o debate regional. Longe de apresentar uma visão dicotômica, esses dois princípios regionais, conforme é possível observar a partir do Quadro 02, apresentam um caráter de complementação ao método regional.

Quadro 2 – Princípios tradicionais de regionalização:

PRINCÍPIOS TRADICIONAIS DE REGIONALIZAÇÃO		
	Princípio Regional da Homogeneidade ou Uniformidade	Princípio Regional da Coesão Funcional ou da Polarização

Propriedades básicas	Uniformidade ou semelhança de características (fisionômicas ou paisagísticas numa perspectiva mais empirista, “formais” ou quantitativas numa perspectiva mais racionalista).	Fluxos e relações de organização / conexão de Complementaridade (numa abordagem mais conservadora, de dominação numa perspectiva mais crítica).
Configuração espacial típica	Áreas ou zonas (superfícies e limites) justapostas. Fronteiras / limites relativamente claros, não admite sobreposição.	Nós ou polos e fluxos-redes (pontos e linhas). Fronteiras / limites pouco definidos, admite sobreposições (campos de forças, hierarquia e centralidade).
Fenômenos privilegiados	Zonais ou e márea. Ex.: atividades rurais, uso do solo.	Reticulares. Ex.: rede urbana, Circulação econômica.
Exemplos indicadores	Região homogênea complexa: área de domínio de um tipo de paisagem. Simples: tipo de produção, composição social, étnica, linguística.	Fluxos de transporte (passageiros / migrantes, carga), prestação de serviços (atendimentos em educação e saúde), comunicações / informações (chamadas telefônicas) e capitais.
Método de regionalização / análise regional predominante	Descrição e/ou classificação de lugares ou de áreas.	Medição e análise da direção e intensidade dos fluxos a partir das conexões urbanas.
Limitações	Prioriza a homogeneidade e a estabilidade, a extensão (uniforme) dos fenômenos, subvalorizando a mobilidade e afluidez.	Sobrevaloriza fenômenos dotados de maior mobilidade ou organização em rede, funcionais, menosprezando aqueles mais bem expressos em termos de área ou extensão e os de ordem simbólica.

Fonte: Adaptado de Haesbaert (2010, p. 134).

Dentro dessa visão cabe analisar a importância da concepção de lugar dentro das regiões, e cabe aos geógrafos fazer essa relação entre o local e global, embora prevista essa morte não ocorre pois o estado em si não perde seu papel apenas muda a sua atuação, pois esse permanece como agente fundamental das organizações espaciais.

Ao se trabalhar a regionalização de algum lugar, podem ser levados em consideração os mais diversos critérios, podendo estes serem naturais, históricos, culturais, econômicos ou políticos, e em alguns casos podendo estes critérios se relacionarem desde que garantam um caráter de individualidade a essas regiões. É necessário estabelecer também que essas regiões não são totalmente estáticas ou fixas elas se alteram devido justamente a dinâmica de transformação da paisagem das quais estão inseridas.

2.1 A Geografia e a Região: O conceito de região nas correntes do pensamento geográfico

Ao discutirmos a região do ponto de vista da epistemologia, o conceito-chave de região dentro do pensamento e da ciência geográfica busca-se compreender a importância do debate sobre os estudos e aplicações do conceito de região e as regionalizações e suas relações no que envolvem a sociedade e o espaço geográfico e o mais importante a sua colaboração como meio técnico e como fenômeno geográfico.

Muito utilizada no senso comum a região é referenciada muitas vezes como um sentido polissêmico empregada em diversas situações, não somente dentro da geografia, no que se refere ao senso comum é bastante aplicada e associada a localização e extensão de algum fato ou fenômeno, ou ser aplicada a limites que são atribuídos a diversidade espacial.

A região possui um sentido muito conhecido como unidade administrativa, neste caso a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos estados, desde o fim da idade média. Segundo Gomes (1995) “as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes nos desenhos dos mapas”.

A partir de tal análise, assim como afirma Gomes (1995) que aborda o percurso histórico da conceitualização da região a partir de três conclusões: a) o conceito de região permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e o estatuto da diversidade espacial; b) o debate sobre esse conceito permitiu também a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia, no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, etc.; e, por último, c) foi na

Geografia que as discussões atingiram maior importância, já que região é um conceito-chave desta ciência.

A geografia como ciência, durante o período que antecede a sua sistematização até os dias atuais, passou por diversas escalas de pensamentos e ideias, dos períodos que correspondem a Pré-Geografia passando pela Geografia Clássica, Geografia Neopositivista, Geografia Crítica e Geografia Humanista, que constitui desde o debate empírico ao metodológico. A visão epistemológica da geografia torna-se necessária tendo visto que para conceituar a região e compreender a relevância de seus estudos é preciso compreender as fases do pensamento geográfico e as influências teórico-metodológicas que desencadearam diferentes formas de interpretar a realidade.

A partir da institucionalização da geografia no século XIX, com as chamadas escolas francesa e alemã, e que por sua parte desenvolveram conhecimentos fundamentais a sociedade burguesa e industrial européia. A geografia do século XIX baseou – se em princípios positivistas datados do século XVIII, na qual o seu idealizador Immanuel Kant (1724-1804), é considerado um dos fundadores da disciplina.

A atividade de pensar uma reflexão geográfica no século XIX é bastante presente nas escolas francesa e alemã, tal percepção geográfica fora bastante exportada ao exterior, no caso o Brasil foi um destes países que receberam grandes influências externas, um dos grandes geógrafos que influenciou a geografia regional foi A. Hettner, baseado pela filosofia *neo-kantista*, acreditava que o método das ciências humanas não podia se comparar aqueles recomendados pelo positivismo clássico que se constituía dominante nas ciências físicas e matemáticas (GOMES, 1995).

No que se refere á região dentro do pensamento geográfico, nas mais diversas fases deste, o conceito chegou em algumas épocas a ganhar mais destaque em outros foram priorizados outros conceitos, que por sua vez sempre buscaram compreender a relação do homem com o espaço geográfico.

Para compreender o que é a região como conceito-chave da geografia, torna-se necessário, compreender o contexto histórico metodológico, mas necessariamente para compreender a utilização da região, é necessário também englobar as concepções do que é o espaço que se torna o elemento principal das análises e dos pensamentos da geografia, dessa forma seguindo a cronologia de

pensamentos voltam se os olhares á Gênese dos estudos sobre espaço dentro do que chamamos de Geografia Tradicional, que por sua vez caracteriza um conjunto de correntes e vertentes e teóricos que marcaram a sistematização dos estudos geográficos no mundo, num período que se inicia no século XIX, quando a geografia se institucionalizou nas universidades européias até meados da década de 1950 quando surge a Geografia Teórico-Quantitativa, dentre os principais teóricos que se apresentam nesse período destacam-se Friedrich Ratzel (1844-1904), Alfred Hettner (1859-1941), Richard Hartshorne (1899-1992), Paul Vidal de La Blache (1845-1918). Todos esses geógrafos e suas obras foram de total importância para o desenvolvimento da ciência geográfica.

A região na Geografia Tradicional: Ao longo da história da Geografia, percebemos o papel de destaque do conceito de região, em especial nas décadas de 1940 e 1950, quando o método regional foi foco dos principais estudos geográficos do período. A escola francesa foi a primeira a desenvolver estudos regionais que buscavam interpretar as regiões a partir da relação de seus habitantes com seu entorno; no mesmo período, no meio acadêmico norte-americano tornou-se cada vez mais presente o debate regional nas construções teóricas e epistemológicas da referida ciência (CLAVAL, 1998).

Segundo Corrêa (1995) “paisagem e região eram os conceitos mais utilizados nos trabalhos que envolviam a análise geográfica na época, dessa forma os debates incluíam os conceitos de: paisagem, região natural e região paisagem, assim como de paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas. Tal abordagem sócio espacial, estava associada á localização das atividades humanas e a presença dos fluxos”.

Paul Vidal de La Blache, um dos principais teóricos da geografia, defendeu a região como entidade concreta, existente por si só, e aos geógrafos caberia delimitá-la e descrevê-la, segundo ele a geografia definiria seu papel através da identificação das regiões da superfície terrestre, assim dessa forma acrescentam – se na noção de região os elementos de natureza caracterizados na sua unidade e na sua individualidade e a presença do homem.

Este conceito passou a ser objeto de uma série de grandes teses regionais não só na França, mas também reproduzido no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O momento foi permeado pelo

incentivo às monografias regionais, na tentativa de conhecer o mundo a partir de suas partes, das regiões (MORAES, 1995, p. 77).

A região é um dos alvos da Geografia Tradicional, pois nesse período onde a mesma alcançou uma temática central, que era de identificar e descrever regiões, que no caso alimentou a geografia dessa época.

A região na Geografia Teórico-Quantitativa A Geografia Teórico-quantitativa ou neopositivista, fortemente presente nos trabalhos geográficos dos Estados Unidos a partir da década de 1950, também é chamada de Nova Geografia (*New Geography*), Geografia teórica, quantitativa, ou Geografia pragmática. Todas as expressões são referências do caráter teórico-metodológico desta corrente.

A região dentro do pensamento Teórico-Quantitativo reduz-se a um processo de classificação de unidades espaciais, durante essa fase do pensamento geográfico o espaço torna-se conceito-chave para a Geografia, e os conceitos de paisagem, lugar e território não são tão significativos para esta corrente.

Esta corrente do pensamento geográfico considera o espaço como resultado de um conjunto de decisões locacionais. Associa-se ao positivismo lógico como método, buscando leis ou regularidades empíricas sob a forma de padrões espaciais. Adota as técnicas estatísticas. No plano teórico, há as teorias do desenvolvimentismo e a dos pólos de desenvolvimento, que dentre outras, se aliam à difusão do planejamento no âmbito do Estado capitalista.

A nova geografia Teórico-Quantitativa considera a região como um caso particular de classificação, evidenciando as influências das ciências naturais. As discussões acerca do conceito de região correspondem a críticas aos conceitos derivados do determinismo ambiental e do possibilismo, aproximando-se de uma geografia econômica aplicada.

A região é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas são menores que as existentes entre este e outro conjunto de lugares. As similaridades e diferenças são definidas através de técnicas estatísticas, como o desvio-padrão, o coeficiente de variação e a análise de agrupamento. Logo, é a estatística quem define as regiões, pressupondo uma objetividade máxima ao aplicar sempre as mesmas técnicas. Já que as regiões são definidas estatisticamente, não há nenhuma base empírica prévia, sendo os propósitos de cada teórico que

norteiam os critérios a serem selecionados. Portanto, a região é considerada uma entidade concreta, mas sim uma criação intelectual.

Na corrente teórico-quantitativa da geografia, as regiões podem ser simples ou complexas, homogêneas ou funcionais. As regiões simples são aquelas originadas de um único critério ou variável; as regiões complexas levam em conta muitos critérios ou variáveis. As regiões homogêneas caracterizam-se pela inalterabilidade de critérios ou variáveis analisadas, levando ao agrupamento de áreas; as regiões funcionais são definidas de acordo com os fluxos de pessoas, mercadorias, informações, decisões e idéias. As regiões homogêneas e funcionais são excludentes, mas podem ser simples ou complexas (CORRÊA, 2003).

A região na Geografia Crítica: Na Geografia Crítica que se desenvolveu durante as décadas de 1970 e 1980, baseando-se no materialismo histórico e na dialética marxista. A geografia crítica considera o conceito de região e o tema regional a partir: da articulação dos modos de produção; das relações entre as classes sociais e a acumulação capitalista; das relações entre o Estado e a sociedade local; e, da dimensão política.

Dentro da Geografia Crítica, o espaço novamente torna – se um conceito-chave, e este eram tidos como absoluto, relativo e relacional, Corrêa (1995) “o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção”. A partir do desenvolvimento do pensamento crítico em relação á geografia quantitativa,

Com o surgimento da Geografia crítica em meio à crise da corrente anterior, o geógrafo Milton Santos, teórico muito importante dessa corrente, considera na sua obra ‘Por uma Geografia nova’ de 1996, na qual contesta a eficácia da Nova Geografia, onde afirma que: “O maior pecado, entretanto, da intitulada Geografia quantitativa é que ela desconhece totalmente a existência do tempo e suas qualidades essenciais” (SANTOS, 2008, p.75).

Nesse sentido, também se encontra a crítica de Capel (1985, p. 393-394), ao afirmar: “A Geografia Quantitativa é desde o princípio decididamente a histórica”. É neste ponto que as críticas ao neopositivismo se concentram, e outras formas de fazer Geografia são expressas em novas correntes, chamadas de críticas, a partir dos anos 1970.

Desse modo pode-se considerar que a Geografia neopositivista ou quantitativa, possuía falhas concretas, e que diante dos novos problemas que surgiam, devida a nova face capitalista que se empreendia na sociedade moderna,

não conseguia compreender as relações que se faziam presentes nos moldes espaciais.

A partir de então no contexto que surge a corrente da Geografia crítica co, base nas idéias marxistas e a percepção fenomenológica, elevando a necessidade de abordar um caráter mais social na geografia recuperando o historicismo perdido na corrente anterior, Carvalho (2002) afirma que, no que diz respeito à região, uma nova Geografia regional foi se estruturando a partir de então, primando pelos temas históricos e culturais. Nas Geografias críticas, o que mudou, consideravelmente, foi a forma de abordar o mundo, destacando outros aspectos da realidade.

Para a perspectiva marxista, essa nova leitura geográfica baseada na compreensão das contradições do espaço, imposta pela concentração do capital, resultaria na maior diferenciação das áreas, acentuando, desta forma, o processo de regionalização. Segundo Thrift (1996, p. 231),

[...] seria difícil negar que as regiões são desigualmente desenvolvidas e que o capital esteve metido nisso. A Geografia, apropriando-se desta visão, seria, por meio da análise regional, um mecanismo de ação política na intervenção do espaço, como fizeram os mais notáveis autores da Geografia marxista, como Yves Lacoste, Pierre George, Henri Lefebvre e Milton Santos.

Dentro dessa perspectiva, a análise de tais questões inseriu nos estudos geográficos uma visão maior dos processos que engendram as leis capitalistas. No entanto, isto poderia resultar em um problema para o conceito-chave de região, pelo fato de que as características particulares que em sua maioria seriam próprias dos estudos regionais a partir de então seriam passadas a serem discutidas no que se considera um segundo plano de uma forma mais distinta das outras correntes. Segundo Castro (1997, p. 57), esta nova corrente de pensamento geográfico “eliminou as possibilidades explicativas da escala regional”. Negligenciando aspectos tão relevantes na apreensão da região, a Geografia de cunho marxista, com seu aporte teórico, enfrentou alguns abalos (CAPEL, 1985).

No que se refere à visão marxista o que ocorrerá era uma nova percepção de análise geográfica que levava em consideração a compreensão espacial a partir das contradições presentes, ou eram impostas pelo direcionamento e presença do capital.

Corrêa (2003) “busca inserir o conceito de região dentro de um quadro teórico amplo da geografia crítica. Neste contexto, há a lei de desenvolvimento desigual e combinado proposta por Trotsky. Esta lei “permite que se considerem as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente... e no espaço” (apud Ibid., p.42). Sua dimensão espacial corresponde à diferenciação de áreas, verificável através do processo de regionalização”.

Portanto, a região pode ser considerada, como o resultado da lei de desenvolvimento desigual e combinado que apresenta como elementos fundamentais a divisão nacional e internacional do trabalho e a associação de relações de produção distintas.

Cabe ressaltar que para a geografia crítica:

[...] a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quando territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 2003 apud IBID).

A região na Geografia Humanista e Cultural: Na Geografia Humanista, o conceito de região agrega grande destaque a essa corrente de pensamento, o espaço é visto como uma construção que é intermediado pelas práticas sociais, tal visão possibilitou a valorização dos conceitos ligados a cultura do homem e levou em consideração a questão dos sentimentos de pertencimento a uma determinada região.

Com o surgimento da geografia humanista, o debate regional torna-se de maneira positiva essencial, A Geografia Humanista foi à outra forma de reação à objetividade, à quantificação, à racionalização e à generalização. Considerada também antipositivista, deu primazia aos interesses do indivíduo, e não das classes, aos aspectos dos significados, dos valores e ações humanas, abordando-os a partir da experiência cotidiana dos homens. Neste sentido, foi de encontro tanto aos princípios da Nova Geografia quanto da Geografia de base marxista. No entanto, buscou resgatar da Geografia Clássica a dimensão social e cultural dos valores, bem como a valorização da história e do mundo vivido. Nos preceitos de Vidal de La Blache, encontrou seu ponto de confluência (CARVALHO, 2002).

Muito embora discutida, não foi o conceito de região que obteve o maior destaque na Geografia humanística, e sim o conceito-chave de espaço, ou assim melhor dizendo, o de espaço construído advindo das relações práticas dos meios sociais. Tal percepção veio a possibilitar a uma maior valorização dos conceitos que estão diretamente ligados ao meio mais cultural dos homens e posterior a isso nos levou à uma melhor compreensão de sentidos que os mesmos têm que é remetida ao pertencimento de determinada região, e não á outra, ou seja, levou a compreender o simbolismo de identidade voltado a região.

A corrente humanista adotou o conceito de espaço vivido aos estudos referentes as análises regionais na Geografia. Tuan (1982, p. 156) afirma que: “A descrição vívida de uma região é talvez a mais alta conquista da Geografia Humanística”. Assim, nesta corrente, chamou-se atenção para a revalorização de alguns dos elementos que, no passado da disciplina, tiveram seu lugar. A região, como bem salienta Gomes (1995, p. 67), “novamente, (...) passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial”.

Os contextos que surgem das variadas abordagens que permitem pensar a região, de uma forma mais sistematizada nos mais diversos contextos, possibilitam-nos afirmar que as correntes não se revelam como verdadeiras nem falsas. Todas deram a sua parcela de contribuição para o estudo regional e para a ciência geográfica. Naquilo que lhe foi ou é proposto, cada uma teve ou tem sua eficiência. É oportuno lembrar que a discussão da importância ou da existência da região, nos dias atuais, é enriquecedora e responsável por uma “Geografia regional renovada” (Haesbaert, 1999), assim como pelo debate epistemológico da ciência geográfica como um todo.

De maneira geral pode-se considerar que grande parte da construção do conceito de região perpassa por três critérios que se intercalam. Uma, bastante difundida, corresponde associar o conceito de região à noção de homogeneidade, baseada na integração do território a partir de características uniformes, sejam elas geográficas, econômicas ou sociais (MATOS, 2013, p. 57).

Na construção conceitual de Região, partindo de uma síntese reflexiva, é possível observar que a questão política torna-se presente no decorrer do processo de construção conceitual regional, tanto como uma função planejadora de novas regiões ou até mesmo como organizadora das regiões quando assim pensadas enquanto unidades administrativas.

Assim cabe aos estudiosos e/ou pesquisadores que trabalham sobre o conceito regional compreender como estão estruturadas as regiões, e os principais elementos / fatores que a sustentam e os seus critérios de definição.

2.2 ESPAÇO GEOGRÁFICO E REGIÃO: A região como um conceito-chave da Geografia

Gomes (1995) “considera que tal conceito possibilitaria à Geografia mais do que um objeto próprio, seria, no entanto, responsável por uma interface particular entre a consideração dos fenômenos físicos e humanos combinados e considerados em suas diferenças locais” (GOMES, 1995, p. 59). Desse modo é imprescindível compreender os dois conceitos-bases da Geografia, espaço e região, de modo que estejam relacionados no âmbito das relações sociais.

O conceito de região sempre esteve presente no decorrer da história do pensamento geográfico, muitas vezes como conceito-chave outras de uma forma secundária, mas sempre presente, mesmo com um sentido bastante polissêmico, e utilizado em outras ciências, o termo região é mais utilizado pelos geógrafos, pois se configura como um instrumento de análise do espaço geográfico, que são levados em consideração os principais aspectos como as relações sociais, econômicas e políticas que ocorrem nas mais diversas escalas.

A partir dos anos 1970, a região passa a abranger novas funcionalidades no âmbito das políticas públicas, enquanto a ciência geográfica passa consideravelmente a ignorá-la enquanto conceito-base do pensamento científico. Desse modo cria-se uma complexidade de via dupla, pois enquanto cresce o uso do conceito regional no final do século XX, reduz-se a reflexão em torno de compreendê-la.

Assim partimos da percepção da utilização da região como um conceito complexo, que é reproduzido no espaço, e que é estabelecido através de critérios das mais variadas configurações, a região e a geografia se relacionam como uma totalidade onde a região permeia como uma ferramenta de delimitações na totalidade do espaço, e tal utilização percorre juntamente a geografia a sua evolução no meio técnico científico, onde em cada corrente de pensamento é vista e utilizada seguindo um processo sistemático de idéias.

“A geografia dentro do seu desenvolvimento como uma ciência, possui conceitos-chave, capazes de sintetizar os seus principais objetivos, enquanto um campo de conhecimento científico, isto é, o ângulo específico com que a sociedade é analisada, ângulo que confere a geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais” (CORRÊA, 1995). A geografia como uma ciência social tem como principal objeto de estudo a relação entre espaço geográfico e a sociedade, que por sua vez é objetivada através de cinco conceitos-chave que relacionam-se e se referem às ações humanas no espaço, sendo eles: Espaço, Região, Paisagem, Território, Lugar.

A ciência geográfica se preocupa principalmente em analisar através destes conceitos a veracidade das transformações sócio-espaciais que dinamizam o espaço, cada um desses conceitos chave, possuem um vasto e amplo debate no que se refere a relação sociedade, homem, espaço e natureza, e podendo ser da geografia ou fora dela, tanto por meio de outras ciências como as ciências sociais, a economia, a antropologia, filosofia, cada uma com uma visão de debate calçada em uma determinada necessidade a partir de um próprio pensamento.

Segundo Corrêa (1995), A geografia preocupa – se mais precisamente em compreender a realidade, e através de conceitos, perceber a realidade ou se atentar a autenticidade dos fatos a partir da dimensão espacial, partindo do ponto de representações dinâmicas que dentro do contexto histórico e geográfico juntamente com as relações de poder se fazem protagonistas.

Cada um dos conceitos – chave tem sido objeto de estudo de um amplo debate, seja interno à geografia ou por outras ciências, ao que se percebe cada conceito pode ter uma percepção de análise diferente variando de cada autor e geralmente calçada em uma determinada corrente de pensamento.

Ao discutir esses conceitos é inevitável apontar o espaço geográfico como um elemento fundamental é nele que ocorrem todas as manifestações, O espaço, nesta perspectiva, diz respeito a um conjunto de pontos que tem existência de si mesmo, independente de qualquer coisa (CORRÊA, 1995); Então compreende – se que as regiões são nesse caso o resultado de uma assim divisão do espaço a partir de características selecionadas.

Harvey (1970) pondera que, mesmo com as várias maneiras nas quais podemos refletir sobre a questão do espaço, é basicamente dele que se devem

formular a concepção que auxilie nas compreensões remetentes aos processos decorrentes no mesmo, e entendendo o como absoluto, relativo e relacional.

[se] tomamos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”. Com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou individualizar fenômenos. A caracterização de um espaço relativo propõe que ele seja entendido como uma relação entre objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam. Há outra percepção segundo a qual o espaço pode ser tomado como relativo, e proponho chamá-lo de espaço relacional ou espaço tomado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos (HARVEY, [1973] 1980, p. 4-5, grifos do autor).

Pode se assim destacar que a idéia de região geográfica se coloca como um resultado da combinação de diferentes domínios sejam eles: naturais, humanos, políticos, entre outros; E que deverão ser identificados e distinguidos em uma dada porção do espaço. A base espacial, neste momento, é considerada como um “palco” sobre o qual os elementos analisados permitirão que se identifique a “personalidade” ou, dito de outra forma, a individualização da área estudada, configurando, dessa maneira, a região (SANTOS, 1953).

Partindo desse pressuposto espacial a região pode ser vista como um produto gerado do espaço, ela pode existir por si só remetendo as análises de região natural que surge de acordo com a paisagem física, ou geográfica sofrendo influência dos objetos que consistem no espaço ou que a criam a fim de analisar ou distinguir determinadas áreas.

Para Hettner, a Geografia era tanto uma como outra. “Era uma ciência da superfície terrestre segundo as diferenciações regionais” (GOMES, 1995, p. 58). Hettner considerou ser, portanto, “o estudo dessa diferenciação ponto central da Geografia” (LENCIONI, 1999b, p. 122). Convém lembrar que este enfoque diz respeito ao segundo problema-chave da disciplina que mencionamos anteriormente,

Desde o método de Hettner para as ciências naturais e humanas, baseando-se no positivismo, a diferenciação e descrição proposta por La Blache, tais idéias se enraizaram por todas as escolas regionais da época, entretanto, a geografia clássica possuía certas fragilidades no campo teórico e metodológico que levaram à crise dessa perspectiva. De acordo com Moraes (1995, p. 97), “uma das maiores razões responsáveis por tal crise dessa corrente foi o que ele considera como falta de leis ou de outra forma de generalização. Após muitas críticas, em meados do século XX,

a geografia passa por uma fase de renovação de métodos e de concepções de ver e analisar a realidade”.

O conceito de Hartshorne de região por sua vez influenciou os geógrafos da chamada Geografia neopositivista. Como fruto da influência quantitativa, a análise regional desta corrente é isenta da historicidade, visto que a mesma provém da crítica ao historicismo da Geografia tradicional, em especial dos conceitos de La Blache. Volta-se a insistir na unidade das ciências, no reducionismo naturalista, numa linguagem comum, clara e rigorosa, própria da filosofia positivista. Baseada nas leis da Matemática e da Física e na teoria geral dos sistemas, esta corrente acrescenta a explicação à descrição nos estudos geográficos. Portanto, a região passa a ser analisada descritivamente, procurando ver a integração única dos fenômenos diferenciados no espaço (CARVALHO, 2002).

3 A REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Segundo Matos (2013) “no decorrer da história do processo de organização geo-política do Brasil apresenta-se uma ligação próxima com a lógica da divisão regional, trazendo a perspectiva da inerente análise da organização espacial com as diversas formas encontradas sobre a segmentação das regiões, concebidas através um modelo centralizado de país. Nessa concentração de processos de divisões regionais, perpassamos à dedução do todo (Região para o Estado Nação, para a parte (Região Administrativa), consoante com a busca de sua identidade nacional e regional. Assim, nota-se no tocante à construção da dialética de dispositivos nacional-regionalistas, a confluência das regiões nas bases da formação do Estado Nacional brasileiro”.

No Brasil as primeiras regionalizações vieram desde o período da colonização do Brasil com as capitanias Hereditárias (1513), e no decorrer da história sempre ocorreram transformações no espaço territorial brasileiro afim de que em vista a população crescia era necessária uma reorganização espacial.

A divisão do Brasil em regiões, longe de constituir uma tarefa simples e de fácil execução, possui um caráter científico pautado tanto por interesses acadêmicos, quanto por necessidades de planejamento e, mais recentemente, de gestão do território, ao se analisar a regionalização do Brasil a partir do século XX, é necessário compreender quais conceitos e métodos que levaram a cada divisão proposta, e compreender também determinado contexto histórico e pautas político-administrativas que impulsionaram as propostas regionais.

Cabe ressaltar que a região possui diversos significados sendo polissêmica, mas ainda assim remete a idéia de recorte e diferenciação de áreas, pautadas as devidas diferenças sejam elas de caráter natural ou econômico sejam as diferenças de caráter natural ou socioeconômico tais idéias se refletem, através de consensos de análise atual, a enorme influência e definição regional estabelecida pelo processo histórico de produção do espaço.

Dessa forma compreende-se que a que a análise espacial proposta deve então estar fundamentada no processo de reprodução de ordem capitalista, que se é estabelecido de forma desigual, pois alguns países e regiões estão mais integrados que outros. Assim, essa reprodução capitalista se expressa e se explica em

diferentes escalas de análise, entrelaçadas entre o global e o nacional, em um contínuo e acelerado processo de globalização e fragmentação dos espaços.

Assim, em um processo de individualização e regionalização do espaço mundial, podemos afirmar que o local, aqui traduzido em recortes espaciais, corporifica as condições territoriais da Divisão Internacional do Trabalho, que expressa o processo mundial de reprodução capitalista através da organização da produção, do comércio e da circulação de bens e capitais entre os diferentes países. Como afirma Santos (1999, p. 196), “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam”.

Colocando então a região como um tema central que se expressa no espaço a partir das relações de consumo pautadas através da influência do capitalismo de organização do espaço tempo.

A região é a escala de operação produtiva do capitalismo, seja para consolidar e proteger seus próprios mercados domésticos, seja para ampliar os limites dos seus territórios econômicos. Nesse sentido, as regiões constituem espaço privilegiado da produção capitalista e, como tal, a instância correta para analisar as transformações que estão se processando no sistema produtivo (EGLER, 1996, p. 187-188).

Então ao compreender que a noção de região associa-se a uma determinada fração de espaço que é diferenciada através do seu caráter de individualidade e singularidade, seja ele natural, social, econômico ou de cunho político, percebe-se tal processo é contínuo e desigual e a diferenciação de áreas pode ser assim configurada como regionalização ou uma constituição de regiões.

No âmbito da discussão regional, pode-se, então, considerar que cada proposta de regionalização é fundamentada por finalidades e critérios técnicos. Se a tal finalidade é constituir um estudo das paisagens naturais do território brasileiro, os critérios adotados tomam como referência os componentes físicos do espaço como clima, vegetação, geomorfologia, hidrografia, solo etc. De outra maneira, se o objetivo for o entender quanto à distribuição de atividades dos setores econômicos no território, tais critérios adotados serão os tipos de atividades econômicas (indústria, agricultura, comércio), o nível tecnológico das atividades, o volume de produção e uma infinidade de outros detalhes que se queria destacar.

A divisão regional do Brasil surge como uma tarefa demasiadamente complexa, sabe-se que as dimensões territoriais do país são a níveis continentais, a ponto de que cada área compreende as suas próprias características e se diferenciam das demais, sejam em termos de paisagens naturais ou mesmo culturais. Dentro de tal perspectiva regionalizar o país serve tanto para fazer estudos, além de facilitar a pesquisa, a coleta e organização de dados afim de organizar e manter o espaço, tais estados que compreendem uma região cabe ressaltar que não organizados de forma aleatória mas através de características próximas constituindo assim as regiões brasileiras.

Se uma nova divisão regional do Brasil representa, por um lado, maior densidade e atualização dos conhecimentos objetivos relativos ao território nacional, num dado momento, por outro lado, ela também implica no relacionamento da evolução destes conhecimentos com a evolução teórica do conceito de região (GEIGER, 1967).

É pertinente entender que as primeiras divisões regionais propostas para o Brasil foram baseadas levando em consideração apenas os aspectos e características físicas, ou seja, ligadas à questão natural, como clima, vegetação e relevo. Posteriormente que se iniciou a serem consideradas também aspectos e características humanas, isto é, as que resultam da ação do homem, como atividades econômicas e o modo de vida da população como cultura e modo de produção, para então definir quais estados fariam parte de cada região.

3.1 Primeiras propostas regionalizar o espaço brasileiro

A partir da metade do século XIX até meados do início do século XX, constituíram-se de uma variedade de divisões regionais propostas por diversos autores e instituições no Brasil. E tal variedade de divisões está relacionada a um elenco diferenciado de critérios, que foram levados em consideração, e assim resultando, portanto, numa diversidade de número e extensão das regiões, na maioria destas influenciadas pelas correntes de pensamento da geografia advinda do continente europeu.

Contudo, o critério regionalizador que predominou, principalmente nas primeiras divisões regionais do Brasil, foi o elemento natural, que resultou na

definição da região natural. Essa regionalização foi ora caracterizada por um conjunto de fenômenos correlacionados, dotando de unidade a região, ora por um único fenômeno, ou seja, o mais significativo, em torno do qual todos os demais se agrupavam, fornecendo à região um cunho particular. Por exemplo, a região amazônica denomina-se pelo elemento natural predominante, a floresta equatorial amazônica.

Após as primeiras propostas de divisão regional do território brasileiro que tiveram estudiosos como André Rebouças (1889), Élisée Reclus (1893), Said Ali (1905), Delgado de Carvalho (1913), Betim Pais Leme (1937), etc. O estado brasileiro passa por diversas transformações sendo de caráter econômico, social, e principalmente político, é durante a década de 1930 onde emerge o Estado Novo, período que vai de 1937 a 1945, quando Getúlio Vargas, até então presidente do país, implementou uma rígida política nacionalista e ditatorial para fazer frente a um “comunismo emergente”. Para isso, ele determinou o fechamento do Congresso Nacional e a extinção dos partidos políticos. Outorgou uma nova constituição, que lhe conferia o controle total do poder executivo e lhe permitia nomear interventores nos estados, e promoveu a reestruturação e profissionalização do serviço público, criando o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi somente a partir do final dos anos 30, com a expansão do capitalismo industrial no Brasil ditando novas regras e implicando uma crescente integração da economia e do território nacionais, com a conseqüente e progressiva dissolução das relativamente autárquicas economias estaduais, historicamente vinculadas ao modelo primário exportador, que a preocupação governamental com a divisão do país em grandes regiões ganha vulto. A expansão do centralismo político-administrativo, bem como da intervenção estatal na economia, condições fundamentais para a sustentação da nova dinâmica capitalista no território brasileiro, acarretaram certo enfraquecimento das oligarquias regionais e estaduais. Essa nova dinâmica capitalista pode, portanto, representar a chave para a compreensão das ações do governo federal no sentido de estabelecer, pela primeira vez no país, uma divisão regional oficial. Tratar-se-ia, desse modo, de um arcabouço institucional não apenas para maximizar a eficiência da ação estatal, peça do discurso oficial, mas que estava a serviço de um projeto, ora mais ora menos consciente, de mercado nacional unificado, comandado pelo capitalismo industrial (VIDAL, 2006, p. 10).

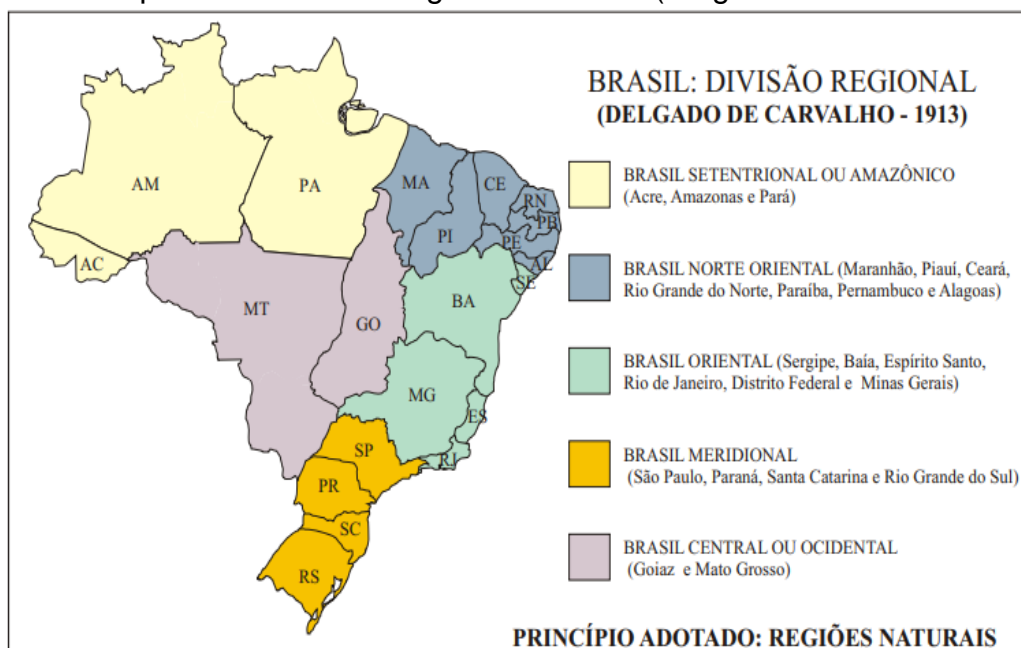
Dentre as propostas de divisões regionais no Brasil no século XX, que em sua maioria levavam em consideração os aspectos físicos e naturais no território brasileiro, Delgado de Carvalho (1884-1980), propôs uma regionalização do espaço brasileiro a partir dos critérios de realidade econômica, que levassem em consideração uma maior influência das relações humanas.

Delgado de Carvalho dividiu o território nacional em cinco “Brasis”, e, em parte, ele aceitou a divisão de Said Ali. Essa divisão em “grandes regiões”, proposta em 1913 por Delgado de Carvalho, marcou uma nova fase na evolução do ensino da Geografia no Brasil, já que pela primeira vez surgia um livro didático em que a Geografia Regional do Brasil recebia destaque e os programas do então Ensino Secundário consagraram e adotaram a divisão regional proposta pelo professor Delgado.

Para Carvalho (1925), as regiões naturais caracterizavam-se pela topografia, por suas condições climáticas, mas também pelas condições de vida e de trabalho que possuíam e pelos recursos naturais que ofereciam. Assim cada região formaria um tipo social humano característico, moldado pelas exigências naturais da área. Ainda tendo como base uma visão empírica da realidade, Delgado de Carvalho entendia que:

A região natural é uma subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a observação e investigação permitem criar numa área geográfica estudada, no intuito de salientar a importância respectiva das diferentes influências fisiográficas, respeitando o mais possível jogo natural das forças em presença e colocando a síntese assim esboçada sob o ponto de vista especial do fator humano nela representado. (CARVALHO, 1925, p. 82).

Figura 1 - Proposta de Divisão Regional do Brasil (Delgado de Carvalho - 1913):

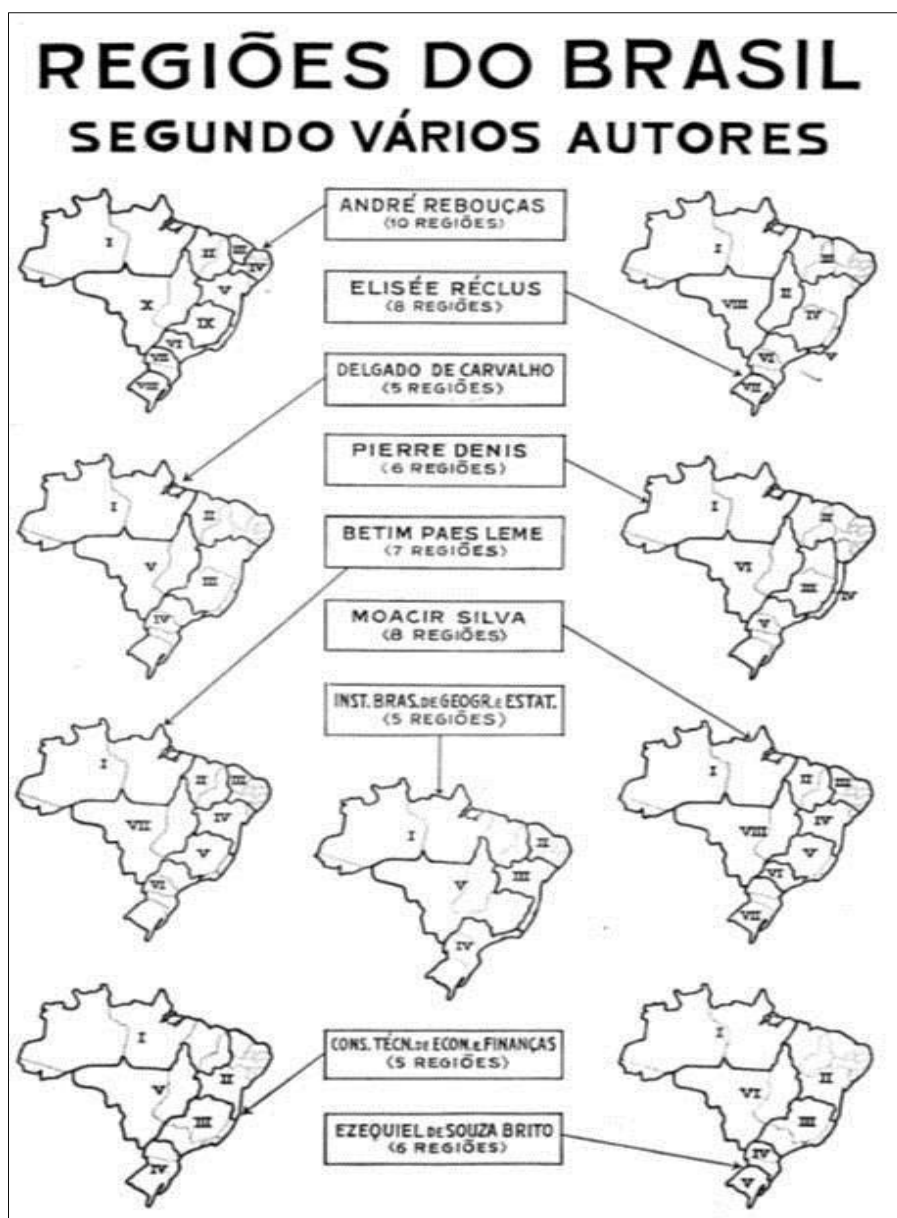


Fonte: MORAES; ARRAIS, (2002).

Assim o projeto de ter um país integrado e único fazia parte dos planos do governo, assim o governo fez reformas de caráter institucional, agia por meio de controles administrativos, possibilitando envolver os vários segmentos da sociedade em um novo sistema de relações, num processo de mobilização econômica e desmobilização política. Ao mesmo tempo em que agia para garantir o equilíbrio das forças sociais, o Estado atuava sobre o processo de produção econômica com vistas a propiciar uma acumulação capitalista.

No entanto, o século XX traz consigo a difusão do pensamento determinista ambiental no país, no qual apresenta a noção de região natural. Pensamento dominante nos processos de divisão regional no início do século passado, o conceito de região natural surge a partir da proposição de que o ambiente tem certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade (GOMES, 1995).

Figura 2 – Regiões do Brasil segundo vários autores:



Fonte: GUIMARÃES (1942)

No campo prático, as primeiras propostas regionais buscaram atender um conjunto de finalidades, como estatístico, didático e/ou administrativo. Galvão e Faissol (1969, p. 181) delineiam quatro premissas básicas que moldaram essa concepção regional:

- I – No âmbito nacional havia a ideia de que naturalmente havia em território nacional uma consciência de diferenciações regionais no país;
- II – A oficialização de uma divisão regional deveria perpassar por uma segmentação que fosse permanente e estável, a fim de permitir que

os dados estatísticos pudessem ser analisados em épocas distintas, sem percorrer pela problemática de alterações dos limites regionais;

III – As regiões naturais (ou cardeais, dado os termos referido às regiões) – Norte, Nordeste, Este, Centro e Sul – seriam a opção mais lógica para atender a necessária estabilidade, onde as mutações físico-ambientais forneceriam uma base conveniente para comparação no tempo;

IV – As Zonas Fisiográficas, setores menores das Grandes Regiões, seriam definidas pelas características socioeconômicas. No entanto, estas subunidades pela imediatamente superior, marcada pelas condições naturais.

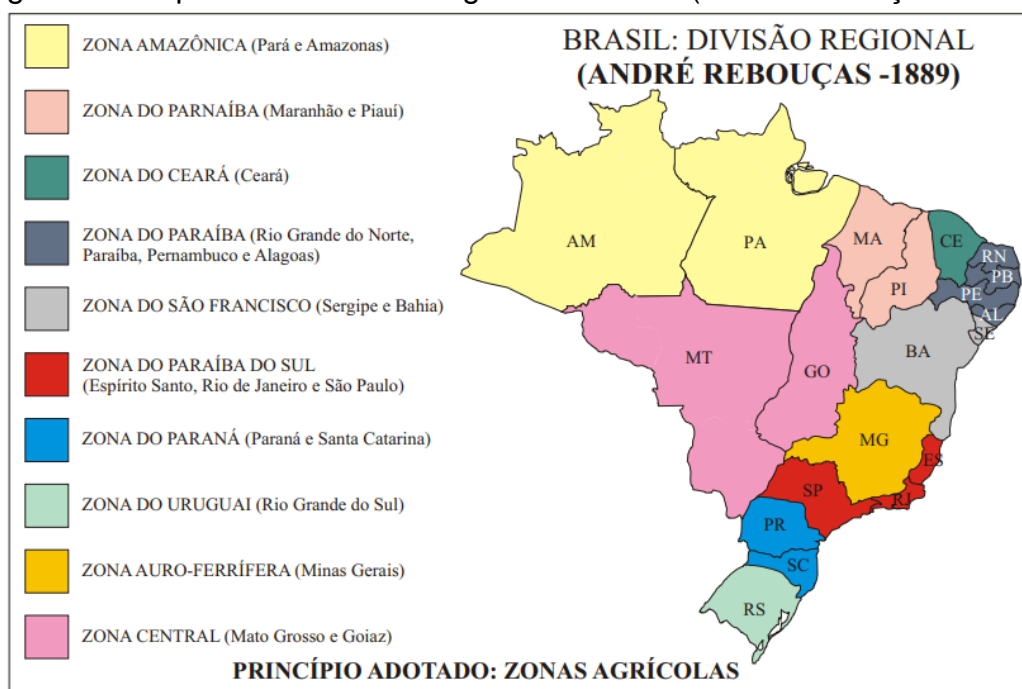
No entanto, a divisão brasileira em regiões naturais se finda pelas dificuldades encontradas de materializar uma secção sob a perspectiva climática, botânica e de relevo. A falta de estudos mais completos sobre o ambiente físico brasileiro, associada à exigência de apresentar uma divisão regional que não apresenta desmembramentos dos entes federados, acaba por apresentar uma proposta regional fundada nos limites e agrupamentos estaduais (Matos, 2013, p. 90).

Quadro 3 - Principais propostas de divisão regional do Brasil de 1889 a 1990:

AUTOR	ANO	CRITÉRIO	Nº DE REGIÕES
Carl Von Martius	1893	Elementos Naturais	05
André Rebouças	1889	Zona Agrícola	10
Élisée Reclus	1893	Elementos Naturais	08
Said Ali	1905	Econômico	05
Delgado de Carvalho	1913	Elementos Naturais e Humanos	05
Pe. Geraldo Pauweis	1926	Elementos Naturais	06
Pierre Denis	1927	Elementos Naturais	06
Betim Pais Leme	1937	Elementos Naturais	07
Moacir Silva	1939	Elementos Naturais e Econômicos	08
IBGE	1940	Crítérios Técnicos/ Posição Geográfica	05
IBGE	1970	Crítérios Técnicos	05
IBGE	1990	Crítérios Técnicos	05

Fonte: COSTA, (2022)

Figura 3 - Proposta de Divisão Regional do Brasil (André Rebouças - 1889):



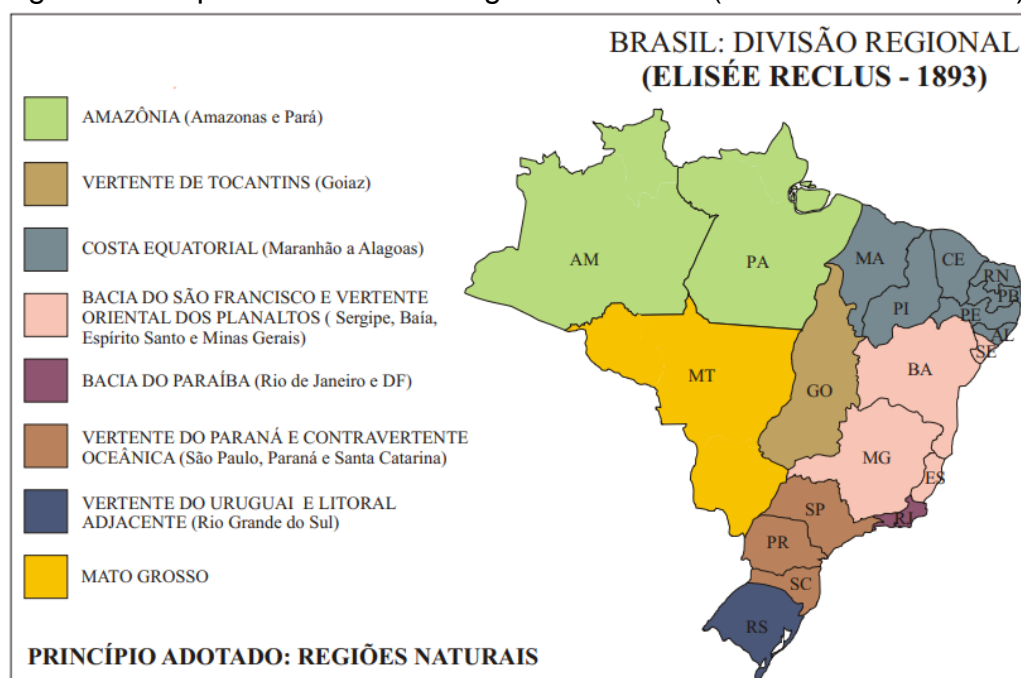
Fonte: MORAES; ARRAIS, (2002).

A divisão do Brasil em zonas agrícolas, publicada em 1889, de autoria do engenheiro André Rebouças é marcada através de uma etapa importante na marcha dos estudos regionais em Brasil.

Este autor realizou a divisão regional do Brasil a partir de zonas agrícolas para demonstrar o contexto do Brasil na época, ou seja, aquele que remetia a uma “colônia” agrícola. Não fazendo assim uma divisão em regiões naturais, mas em regiões humanas, buscando dessa forma uma divisão mais prática na qual os Estados eram considerados na sua totalidade.

A grande crítica a essa divisão regional, segundo Guimarães (1942), é o número excessivo de regiões. Além disso, convém chamar a atenção para o fato de que o Ceará aparece como uma região destacada do Nordeste, enquanto Minas Gerais e o Rio Grande do Sul constituem-se, cada um, uma única região.

Figura 4 - Proposta de Divisão Regional do Brasil (Elisée Reclus - 1893):



Fonte: MORAES; ARRAIS, (2002).

A proposta de regionalização elaborada por Elisée Réclus em 1893 representa um grande passo no sentido da consideração das então regiões naturais. Levado, contudo por necessidades didáticas, o mesmo agregar os Estados por inteiro, ao definir as regiões.

A divisão também apresenta ainda um número expressivo de regiões, embora menor do que a de Rebouças. A referida divisão representou um passo bastante significativo na direção da consolidação das regiões naturais. Devemos atentar para o fato de as regiões naturais não coincidirem com os limites dos Estados. Mas, para fins didáticos. Ao analisar essa proposta de divisão regional percebe-se um determinado número excessivo de regiões e também a relação demasiadamente forte ao critério das bacias fluviais e das regiões naturais.

Figura 5 - Proposta de Divisão Regional do Brasil (Said Ali-19105):

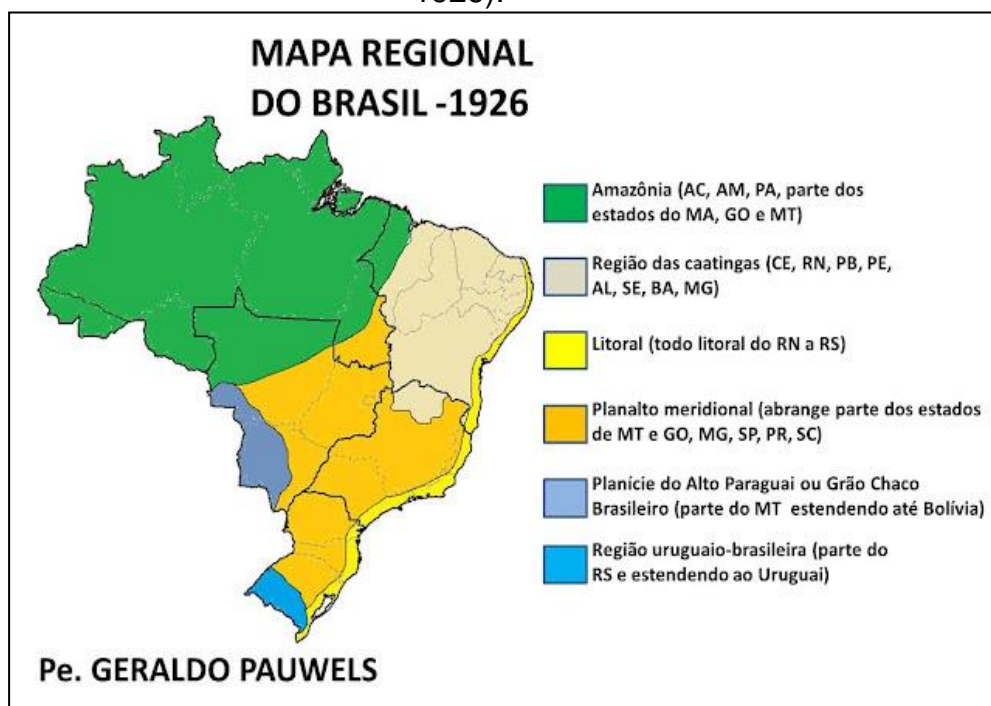


Fonte: MORAES; ARRAIS, (2002).

Em 1905, em linhas muito gerais Said Ali apresentou uma divisão em cinco regiões, com as denominações: I - Brasil Setentrional ou Amazônia; II - Brasil Norte-oriental; III - Brasil Oriental; IV Brasil Meridional; V - Brasil Central ou Ocidental.

De acordo com Guimarães (1942) “Tal proposta de regionalização do território brasileiro parte, como se observa, de mais uma etapa no sentido de um menor número de agrupamentos, ao mesmo tempo mais extensos”. Esta divisão apresenta um número menor de regiões e foi realizada para atender às finalidades e direcionamentos econômicos dos Estados e conciliar, tanto quanto possível, as regiões geográficas.

Figura 6 - Proposta de Divisão Regional do Brasil (Pe. Geraldo Pauwels-1926):



Fonte: *Blogspost Geografia Xôu*, (2016).

Este autor estabeleceu sua divisão em regiões naturais, no sentido rigoroso do termo, baseado na Geografia Física e, por conseguinte, desprezando as divisas das unidades políticas. Dividiu o território brasileiro em seis regiões:

Como é possível perceber, a vegetação foi o elemento mais importante em sua divisão, enquanto os demais fatores tinham apenas caráter secundário (orográfico, geológico e climático).

Figura 7 - Proposta de Divisão Regional do Brasil (Pierre Denis-1927)



Fonte: MORAES; ARRAIS, (2002).

A proposta do Geógrafo francês Pierre Denis, outrora bastante semelhante a divisão de Delgado de Carvalho, enfatiza que para quase todo o Brasil a divisão tem um caráter prático, não retalhando nenhuma unidade política, excetuando-se o Estado da Bahia, onde o referido autor se preocupou em aproximar-se rigorosamente das regiões naturais, desmembrando este Estado em três partes

Figura 8 - Proposta de Divisão Regional do Brasil (Betim Paes Leme-1937):

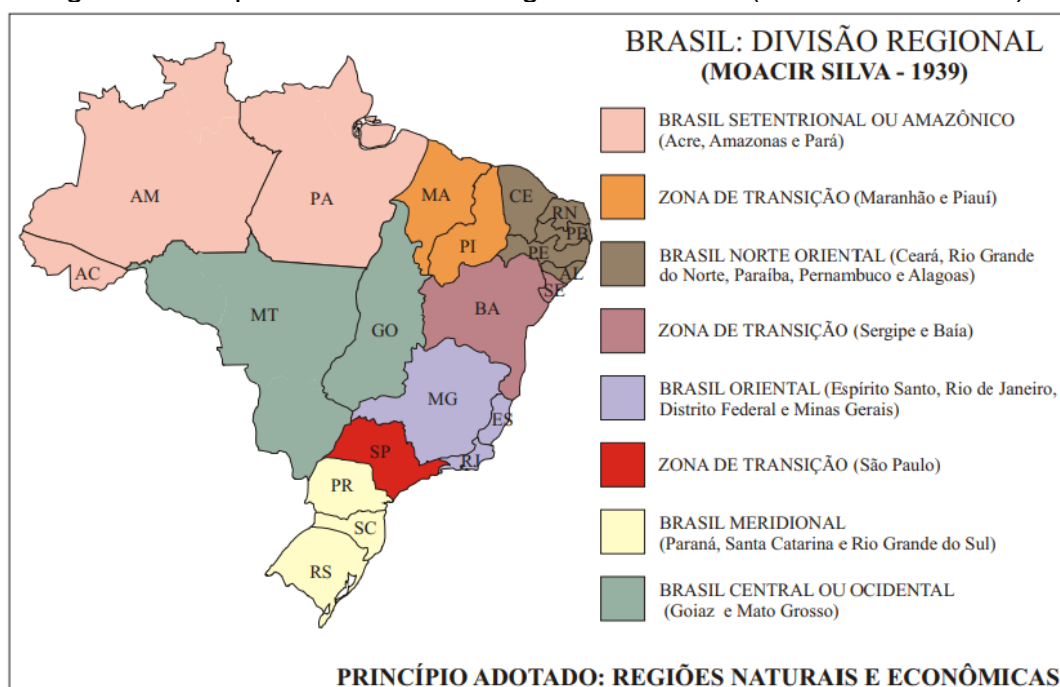


Fonte: MORAES; ARRAIS, (2002).

O Geógrafo e Geólogo Betim Paes Leme estabeleceu em 1937, através de seus estudos, baseados na obra "Geografia Regional", na antiga Universidade do Distrito Federal, uma interessante divisão, na qual observamos que difere da divisão do Professor Delgado De Carvalho, somente pelo fato do Maranhão e o Piauí, duma parte, e o Sergipe e a Bahia, de outra, terem sido destacados, formando zonas intermediárias ou de transição.

O caráter mais interessante, porém, do seu trabalho, consiste na caracterização, pelas estruturas geológicas predominantes. Trata-se, pois, não duma divisão em "regiões naturais" propriamente, mas sim em "zonas estruturais", assim discriminadas:

Figura 9 - Proposta de Divisão Regional do Brasil (Moacir Silva-1939):



Fonte: MORAES; ARRAIS, (2002).

No ano de 1939, o engenheiro Moacir Silva, propõe mais uma divisão regional para o Brasil derivada da que é admitida pelo Professor Delgado De Carvalho. Na qual sugere que, das regiões que compõem esta última, sejam destacados Maranhão e Piauí, duma parte, Sergipe e Bahia, de outra e finalmente São Paulo, para constituírem três "zonas de transição" na qual são justamente as que mais têm variado de posição quanto às "grandes regiões" a que devam pertencer. Isso ocorre, sobretudo, porque nessas partes harmonizam-se os aspectos de regiões naturais com os de regiões humanas. Ele dividiu o país em oito regiões.

3.2 Estado e Região: A regionalização do Território Brasileiro através do IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, criado na década de 1930, pelo governo do então presidente Getúlio Vargas, que visava substituir o Departamento Nacional de Estatísticas – DNE, o instituto foi idealizado primeiramente em 1933, no início do governo provisório através do ministro da agricultura da época Juarez Távora, já em 1936 é criado o então Instituto Brasileiro de Estatística – INE, no qual no mesmo ano também é criado o Conselho Nacional de Estatística – CNE, No ano seguinte, foi criado o Conselho Nacional de Geografia - CNE, que era uma intendência subordinada ao INE e autorizada a aderir a UGI (União Geográfica Internacional). A intenção inicial do CNE era elaborar cartogramas e informações geográficas necessárias à estatística nacional.

Finalmente, em 1938, a articulação desses órgãos criou o IBGE, transformando, assim, o INE em uma entidade mais ampla, tendo os conselhos de Geografia e de Estatísticas subordinados e atuantes de forma autônoma. A partir de então, esse órgão passou a elaborar vários documentos acerca do território brasileiro, cumprindo a intenção de Getúlio Vargas, que era a de obter mais conhecimentos e informações sobre o espaço geográfico do país, a fim de melhor planejar e coordenar ações públicas, bem como para garantir a soberania nacional.

O IBGE tinha como objetivo estruturar uma rede nacionalmente articulada por meio de suas representações estaduais, visando à discussão de conceitos, métodos e critérios científicos necessários ao conhecimento aprofundado da sociedade e do território brasileiros. Nesse contexto, os geógrafos do então CNG já dispunham, naquela ocasião, de acordo com Magnago (1995), de um conhecimento empírico do Território Nacional, advindo das várias excursões de reconhecimento às diversas regiões do Brasil, que os credenciava a ter uma consciência e a reconhecer diferenciações regionais “suficientemente importantes para que fossem feitos estudos dos problemas brasileiros, por região e para que se divulgassem estatísticas, segundo estas mesmas unidades regionais” (GALVÃO; FAISSOL, 1969, p. 181).

Desde a década de 1930 houve uma importante influência de geógrafos franceses com fortes raízes “*lablacheanas*” na produção geográfica brasileira (ALMEIDA, 2004). No início dos anos 1960, essa influência também orientou as propostas de regionalização do Brasil (PERIDES, 1994).

Conhecer cientificamente o Território Nacional constituía um exercício continuamente renovado de uma tensão estabelecida entre caracterizar esse território e diferenciá-lo, do ponto de vista geográfico, e, ao mesmo tempo, atender às “exigências da prática” que “determinam adaptações que, no caso de divisão regional das Unidades Federadas, consistem em não desmembrar-se qualquer município [...]”, conforme as observações iniciais constantes da Resolução n. 77 de 17.07.1941 (CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 1942, p. 221-239).

A criação do IBGE – a “maior agência de planejamento territorial do governo brasileiro” (Almeida, 2003, p. 79) – se dá num contexto de radical transformação do Estado brasileiro, como ficou já demonstrado em estudos consagrados sobre os sucessivos governos de Getúlio Vargas (Schwartzman, 1982; dos Santos, 1987). Octavio Ianni (1979) mostra que a partir da década de 1930 se acelera o processo de desmantelamento do “Estado oligárquico” existente, e a ação estatal ganha maior institucionalidade, se tornando mais complexa.

Para Antonio Carlos Robert Moraes (1988, p. 129), neste contexto “as políticas territoriais passam a ser postas como prioridade do Estado”, e a principal tônica da ação do Governo Vargas “residiu no aparelhamento do Estado, que centraliza o poder até então bastante dividido entre as oligarquias regionais”

Desse modo, os estudos relativos à Divisão Regional do Brasil empreendidos pelo IBGE, não só respondem aos diferentes contextos históricos de sua formulação, como também se debatem, continuamente, entre a necessidade de estabelecer divisões, segundo critérios gerais de fundamento científico-geográfico, e o atendimento às “conveniências práticas” fixadas pela obediência à divisão político-administrativa do Território Nacional (CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 1942, p. 221).

No período que corresponde a primeira metade do século XX na década de 1930 até o final do século na década de 1990, surgem no Brasil três propostas de Divisão Regional, que foram elaboradas pelos geógrafos do IBGE, sendo caracterizadas em, Zonas Fisiográficas, da década de 1940, e suas revisões; Microrregiões Homogêneas, de 1968; e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, de 1989, que acompanharam a sempre renovada tensão federativa gerada pelo processo de construção do Brasil nesse período.

Para Eli Alves Penha (1993, p. 105), o “tema da divisão territorial do país” seria “a principal questão da coesão nacional”, no período do Estado Novo. Dadas

as constantes revoltas e insurgências de caráter regionalista, ocorridas tanto no Brasil Império, como nas primeiras décadas do Brasil Republicano, cria-se a necessidade de conhecimento sistematizado do território, do litoral e do interior, seja em seus aspectos demográficos, produtivos, de infraestruturas, organização social e de suas bases fisiográficas. Era necessária a produção de informações fidedignas sobre o espaço nacional, tanto para efeito do agrupamento coerente das estatísticas, quanto para ser “adotada oficialmente no ensino de geografia nas escolas do país” (PERIDES, 1992, p. 16).

Para Vera Abrantes (2007, p. 05), “o governo estava buscando respostas seguras e uniformes a uma série de questões recorrentes na história do país. Como era o Brasil? Quantos e quem eram os brasileiros? Onde estavam localizados e como viviam?”.

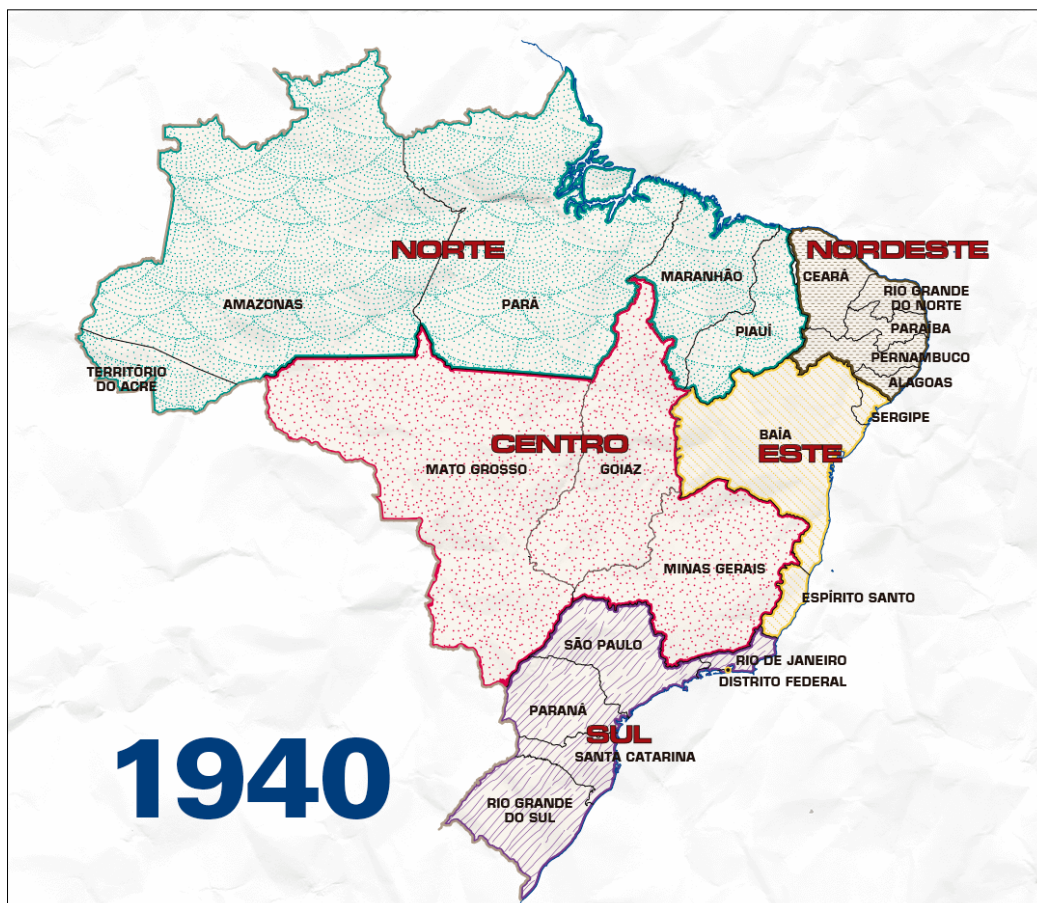
O estudo do território nacional no determinado período correspondente á meados das décadas de 1930 e 1940, já era feito em conjunto a alguns órgãos e conselhos do Governo federal e algumas autarquias estaduais, na maior parte dos casos aquelas interligadas ao ministério da agricultura, dentre as atividades desenvolvidas na mediante análise territorial destacando a função de coligir, coordenar e sistematizar todos os dados, bibliográficos, cartográficos, que se referissem ao território nacional.

A primeira divisão regional oficial do Brasil foi realizada pelo IBGE no final da década de 1930, e se institucionalizou a partir da Circular Nº. 1 de 31 de janeiro de 1942 da Secretaria da Presidência da República. O principal articulador e teórico da divisão foi Fabio Macedo Soares Guimarães, então Chefe da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia do IBGE. Desde o final da década de 1930 o IBGE – através da ação do Conselho Nacional de Geografia – vinha promovendo debates internos, e tentativas de influenciar as decisões federais relativas à organização do território brasileiro em novos moldes (MAGNANO, 1995). Segundo Manuel Correia de Andrade (1977, p. 09), nesta época o IBGE seria o “grande centro de estudos geográficos no Brasil”.

Na década de 1940, após a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), que em 1942 publicou a primeira divisão regional do Brasil, na qual levava em consideração os critérios técnicos referentes às características fisiográficas da paisagem brasileira, tal divisão via as regiões de forma estática pois a paisagem local pouco se alteravam no que se diz respeito a fauna e flora.

Portanto o Brasil foi dividido em 7 (sete), macrorregiões sendo elas: Norte, Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental, Leste Setentrional, Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste.

Figura 10 - Divisão Regional do Brasil de 1940 – IBGE:



Fonte: Revista Retratos do IBGE, (2017).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, ocorreram significativas transformações no espaço geográfico brasileiro, A configuração territorial do país muda significativamente, as redes rodoviárias alcançam paulatinamente o território como um todo, formando as bases para um mercado interno mais coeso e uma rede urbana efetivamente nacional (BARAT, 1978).

As principais transformações que remetem uma maior urbanização dentro do território nacional desencadeiam uma maior concentração de capital, o surgimento de multinacionais, o processo de industrialização, tendo maior concentração no estado de São Paulo, contribuem para uma maior disparidade se comparada as demais regiões do país, Parcelas inteiras do território se abrem para circuitos produtivos e de comércio internacionais (sobretudo no caso das commodities

agrícolas e minerais), levando o território a uma “inserção profunda em uma ordem mundial capitalista” (SANTOS, 1979, p. 161).

A urbanização presente no território brasileiro é considerada nessa época acelerada, seja pelo alto fluxo das migrações internas, ou pelo “crescimento natural” mais acelerado das populações urbanas. Dada essa maior velocidade do crescimento demográfico no período, além de São Paulo e Rio de Janeiro, outras capitais de estado ganham também o status de metrópole, tornando muito mais complexa a rede urbana nacional. Inicia-se a difusão de um “meio técnico-científico” no território, através da expansão de infra-estruturas de transporte, novos sistemas de engenharia ligados à produção e transmissão de energia, além de várias outras redessuporte que permitiriam essa complexificação da economia, possível em grande parte em função da “renovação da materialidade do território” (Santos e Silveira, 2001, p. 55).

No ano de 1964, ocorre o golpe militar, e a recorrente maior centralização do poder nas mãos do estado, contribuiria para uma maior tomada de decisões que remetesse a criação de políticas que discutissem ou alterassem o planejamento econômico e a organização territorial, considerando que tais mudanças também ocorreriam no espaço, as regiões naturais anteriormente não mais explicariam um território que cada vez mais se urbanizava, e tampouco a divisão regional de 1942 teria efetiva capacidade de organizar as estatísticas territoriais e dar subsídios para a consecução dos Planos do Governo Federal. É neste contexto que se dão várias alterações também na análise do território brasileiro por parte do IBGE.

Do ponto de vista institucional, o IBGE funcionaria como uma autarquia diretamente ligada à Presidência da República até o ano de 1967, quando é transformado na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), através do Decreto Lei no. 161 de 13.02.1967. Esta transformação introduz mudanças importantes tanto no funcionamento burocrático do órgão, quanto nas atividades de “produção de conteúdo”, ligadas ao sistema estatístico nacional e as formas de se trabalharem as questões de natureza geográfica e cartográfica (Gonçalves, 1995, p. 39).

Dessa forma o IBGE agora teria um papel maior ligado ao ministério de planejamento do governo federal e dentre suas principais atividades conhecer de uma forma mais aprofundada o território nacional.

Considerando a partir do ponto de vista de produção de conhecimento geográfico esse período que corresponde de 1930 à 1950, a base de geógrafos do IBGE, já estava formada em sua maioria com influências advindas do exterior, dentre geógrafos estrangeiros a geografia que remonta ao período da década de 1960 é considerada sendo calçada em três paradigmas que serviram de bases para o estudo regional no Brasil.

Sendo elas: a chamada *new geography*, de matriz anglo-saxã, que em grande parte se constitui numa “retomada” da teoria dos lugares centrais; Uma segunda matriz teórica com importante influência no conhecimento produzido pelo IBGE é aquela derivada das propostas dos economistas François Perroux (1955; 1961) e Jacques Boudeville ([1961] 1970) – sobretudo a “teoria dos polos de crescimento” –, que mostrava que as regiões poderiam ser definidas como “homogêneas”, “polarizadas” e “regiões-programa”. Segundo esta corrente de pensamento, a atividade industrial seria a variável-chave para promover o desenvolvimento econômico das nações, através de políticas de “polarização regional”; A terceira principal influência, finalmente, foi a da metodologia desenvolvida por Michel Rochefort ([1957] 1961; 1960; 1967) para o estudo das cidades e das regiões. Para Rochefort, as cidades poderiam ser explicadas a partir de sua “vida de relações”, e a hierarquia entre elas dependeria principalmente da distribuição das atividades do setor terciário. Quanto maior a complexidade dos equipamentos presentes numa cidade, mais ampla sua “rede urbana regional”, e mais abrangente então seria sua “região de influência” (ROCHEFORT, 1967).

Com estas novas matrizes de pensamento sobre a questão regional, e com o próprio avanço da produção de conhecimento pelos pesquisadores do IBGE no período, foram propostas no final da década de 1960 três novas divisões regionais no Instituto: (1) uma visando o planejamento econômico; (2) outra procurando dar subsídios para a descentralização da ação administrativa estatal; e (3) uma última mais abrangente, para fins estatísticos (que nos interessa mais de perto). (CONTEL, 2014).

Esta grande divisão regional do território para fins estatísticos foi detalhada pela Resolução n.1 da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas de 8 de maio de 1969, e oficialmente publicada pelo Decreto-Lei no. 67.647, de 23 de novembro de 1970. É esta regionalização que vai ser utilizada, com algumas mudanças, até os dias de hoje, dividindo o Brasil nas atuais cinco “Grandes

Regiões” como as conhecemos: Região Norte, Região Nordeste, Região Sudeste, Região Sul e Região Centro-Oeste.

Além da definição das Grandes Regiões do país, esta divisão regional proposta no final da década de 1960 buscou “demarcar espaços homogêneos e espaços polarizados” no território brasileiro (IBGE, 1970, p.07). Em relação à definição dos espaços homogêneos, pode-se dizer que estes foram tidos como uma “forma de organização em torno da produção” e seriam expressos “por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos” (IBGE, 1970, p.08). Pedro Geiger, (1967) em um texto de artigo que faz uma síntese mais teórica da divisão regional de 1970, considera que ainda assim existiriam algumas parcelas do território nacional que não se constituiriam em regiões organizadas já que a “vida de relações” das cidades ali existentes teria pouco dinamismo. Para serem identificados traços que indicassem alguma uniformidade nestas áreas, seria necessária a busca de “formas de organização da produção” que conferissem certa homogeneidade a estas parcelas de espaço. Ou seja tais áreas não apresentariam fluxos ou dinamismos capazes de caracterizar tais espaços sendo pertencentes a uma região organizada.

Para se chegar à definição efetiva dos espaços homogêneos o IBGE define,

Foram individualizadas áreas que se identificam por certa forma de combinação dos elementos geográficos, sempre dentro de determinado nível de generalização; desde que mudava substancialmente um dos elementos, mudava a combinação e passava-se a outra unidade. Naturalmente, quanto menor o grau de generalização e maior o número de elementos geográficos considerados, menores e mais numerosos foram os espaços diferenciados (IBGE, 1970, p.08).

Tal concepção, vai assim permitir uma nova concepção, que permitiu dividir tais espaços e se faz presente na divisão regional de 1970, que são as “microrregiões homogêneas”, Elas foram de extrema importância, pois serviram para agrupamentos de informações sobre a população, a produção, a sociedade com maior correspondência às bases física, demográfica e econômica de cada parcela do espaço nacional. As microrregiões substituíram as antigas “zonas fisiográficas” da regionalização de 1942 (MAGNANO, 1995, p. 78). Ao total foram definidas 361 “microrregiões homogêneas” para o território brasileiro, sendo 28 delas na Região Norte, 128 no Nordeste, 111 no Sudeste, 64 no Sul e 30 no Centro-Oeste.

Posteriormente na década de 1960, foi necessário reavaliar os critérios adotados pelo IBGE, que estabeleciam as regiões do país, por conta de que até esse período em questão ocorreram diversas e intensas transformações sócio-espaciais no espaço geográfico brasileiro, no que se referia a administração política do país.

Devido a impactos ambientais ocorridos ao longo deste período, as diversas paisagens florestais existentes nas mais extensas áreas do país desapareceram, principalmente em estados onde a economia possuía uma dinâmica mais intensa. Ocorreram inúmeras obras e projetos de infraestrutura hidroviários e rodoviários que alteram trechos do relevo e das redes hidrográficas. Foi a partir desses projetos que os aspectos econômicos começam a se sobressair.

Nessa mesma época, Brasília é construída para ser a capital do Brasil, e o antigo Distrito Federal sediado na cidade do Rio de Janeiro, foi transformado no estado da Guanabara; o território do Acre foi elevado à categoria de estado; o território de Rio Branco passou a ser chamado de território de Roraima.

Para Santos (1999, p. 196) “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma, não se realizariam”. Dentro dessa visão concluímos que a região dentro das suas singularidades pode também possuir poder de influenciar tanto por meio das culturas ou padrões econômicos um certo tipo de influencia que muitas vezes é levado a outras regiões e se relacionam mas ainda mantém seus padrões próprios .

A região é a escala de operação produtiva do capitalismo, seja para consolidar e proteger seus próprios mercados domésticos, seja para ampliar os limites dos seus territórios econômicos. Nesse sentido, as regiões constituem espaço privilegiado da produção capitalista e, como tal, a instância correta para analisar as transformações que estão se processando no sistema produtivo (EGLER, 1996, p. 187-188)

Nesse sentido, ao se estudar a noção de região percebe-se que a mesma está associada a uma fração de espaço, ou seja, um recorte espacial que é caracterizada pelo seu caráter de individualidade e singularidade, podendo ser esses naturais, sociais, econômicos e ou políticos.

Dentro dessa visão de região pode – se considerar, que cada proposta de regionalização por sua vez é sustentada por certas finalidades critérios.

No decorrer da história da divisão regional do Brasil, após a década de 1930, com o Estado Novo (1937-1945), dentre as preocupações relacionadas ao desenvolvimento do Brasil, o presidente Getúlio Vargas (1882-1954) promoveu reformas que, através de seus aparelhos institucionais, agia por meio de controles administrativos, possibilitando envolver os vários segmentos da sociedade em um novo sistema de relações, num processo de mobilização econômica e desmobilização política. Ao mesmo tempo em que agia para garantir o equilíbrio das forças sociais, o Estado atuava sobre o processo de produção econômica com vistas a propiciar uma acumulação capitalista.

Nesse contexto, as novas realidades nacionais, que se acentuaram na década de 30, ajudam a entender as preocupações do Governo Federal em estabelecer pela primeira vez no Brasil uma divisão regional oficial. Seria uma divisão regional que não estaria simplesmente a serviço de uma melhor gestão dos serviços públicos, como acentuava o discurso oficial, mas que estaria também a serviço da implantação de um projeto nacional unificado.

Dentre essas estruturas criadas para favorecer o desenvolvimento econômico, podemos destacar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas, outros órgãos antecederam a formação deste, como o Instituto Nacional de Estatística, em 1934, e sua respectiva instalação, em 1936, com o nome Conselho Nacional de Estatística (CNE), no intuito de organizar os dados censitários, assim como coordenar as futuras atividades voltadas para a captação de dados no Brasil. Em 1937, surgiu o Conselho Nacional de Geografia (CNG), que junto ao CNE gerou o IBGE em 1938, com a função de fornecer informações estatísticas constantes e padronizadas e atender a necessidade de se conhecer melhor o território nacional do ponto de vista geográfico e cartográfico. Porém, em 1967, o IBGE seria transformado em Fundação, no intuito de obter maior autonomia para suas atividades, sendo a partir de então designado FIBGE.

Os governos posteriores ao regime militar, buscaram implementar seus planos econômicos de desenvolvimento, voltados a perspectiva regional. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002), os programas Brasil em Ação e Avança Brasil, focaram em um projeto de inserção do país na economia internacional por meio do reforço de investimentos em infraestruturas de integração nas áreas de economia mais competitiva do país.

Assim, foram definidos doze eixos nacionais de integração de desenvolvimento, cuja dinâmica e competitividade poderiam contribuir para a inserção da economia nacional ao mercado internacional, ao mesmo tempo em que propiciariam a difusão deste desenvolvimento em suas áreas de influência. (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

Com o decorrer dos anos e uma atuação maior do governo brasileiro varias transformações ocorrem no espaço geográfico brasileiro, dentre elas além de transformações na paisagem, ocorrem transformações também no meio social, um desenvolvimento maior no que se refere a infra-estrutura básica condicionando mudanças importantes que foram relevantes ao processo de regionalização em todo o território.

Figura 11 - Divisão Regional do Brasil de 1970 – IBGE:



Fonte: Revista Retratos do IBGE, (2017).

Na década de 1990 o território brasileiro possui feições semelhantes àquelas encontradas no final da década de 1970. Os transportes rodoviários se consolidam como a principal componente do sistema de movimento do território, e se sobrepõe a esta rede-suporte um eficiente sistema de transportes aéreos, para fazer frente aos fluxos corporativos (de pessoas e mercadorias) ligados ao que se pode chamar de

“circuito superior da economia urbana”. Ainda que de forma seletiva, um meio geográfico carregado de tecnociência e informação se difunde por todas as partes do espaço nacional, e se dá de forma mais ubíqua nas Regiões Sul e Sudeste do país, configurando o que Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro chamaram de “região concentrada” (CONTEL, 2014).

Considerando a institucionalização de governos agora democráticos, e a promulgação da constituição de 1988, as desigualdades regionais que já eram perceptíveis desde a divisão regional de 1970, agora juntam – se a uma série de “especializações territoriais produtivas” (Santos e Silveira, 2001), que configuram áreas bastante dinâmicas do ponto de vista econômico, dentro das unidades da federação dentre as quais agora passam a ter uma contribuição no cenário globalizado, na área de produção industrial e não necessariamente fazendo parte das regiões concentradas, embora assim ainda não diminuindo a concentração nas regiões mais desenvolvidas ou concentradas sul e sudeste.

Tal contexto que se apresenta durante a década de noventa vai marcar uma série de mudanças internas no IBGE, que com a mudança de ter anteriormente um planejamento estatal mais intervencionista, para um planejamento mais indicativo, do começo da década de 1990 até os dias atuais o IBGE passa a fazer parte da estrutura de produção de ciência e tecnologia do Governo Federal.

A última mudança importante na regionalização do território brasileiro proposta pelo IBGE se deu entre os anos de 1989/1990, e resultou da aprovação dos trabalhos do grupo da Divisão de Estudos Territoriais (DITER) do IBGE, sob a chefia de Aluizio Capdeville Duarte. Após extensivo trabalho “de gabinete” e “de campo”, a proposta final de nova divisão regional foi aprovada no IBGE através da Resolução PR-52, de 31 de julho de 1989, e teve sua institucionalização definitiva pela Resolução no. 11 da Presidência do IBGE de 05 de junho de 1990. Os resultados da pesquisa foram publicados entre os anos de 1990 e 1992, numa coleção com dois volumes denominada de Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. As duas principais funções do trabalho, segundo a introdução redigida pelo gestor do Departamento de Geografia do IBGE à época (Solange Tietzmann Silva), seriam: 1. Servir à divulgação de dados estatísticos por parte do Sistema Estatístico Nacional, segundo os agregados espaciais produzidos; 2. “Oferecer elementos para a compreensão da organização do território nacional” em bases sistemáticas (IBGE, 1990, p.7).

Para compor às novas propostas de micro e mesorregiões geográficas, partiu-se da “totalidade nacional” – tendo as unidades da federação como principal recorte inicial – e “através do método de divisão sucessiva destes espaços – as UFs”, posteriormente foram identificadas “as mesorregiões e microrregiões que passaram, então, a ter denominação de geográficas, em lugar de homogêneas” (Magnano, 1995, p. 85,).

A classificação referente ao que seriam as mesorregiões são citadas no documento original como:

Área [s] individualizada [s] em uma unidade da Federação que apresenta [m] formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante; o quadro natural como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (IBGE, 1990, p.08).

E as microrregiões são conceituadas como:

As microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido à sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (IBGE, 1990, p.08).

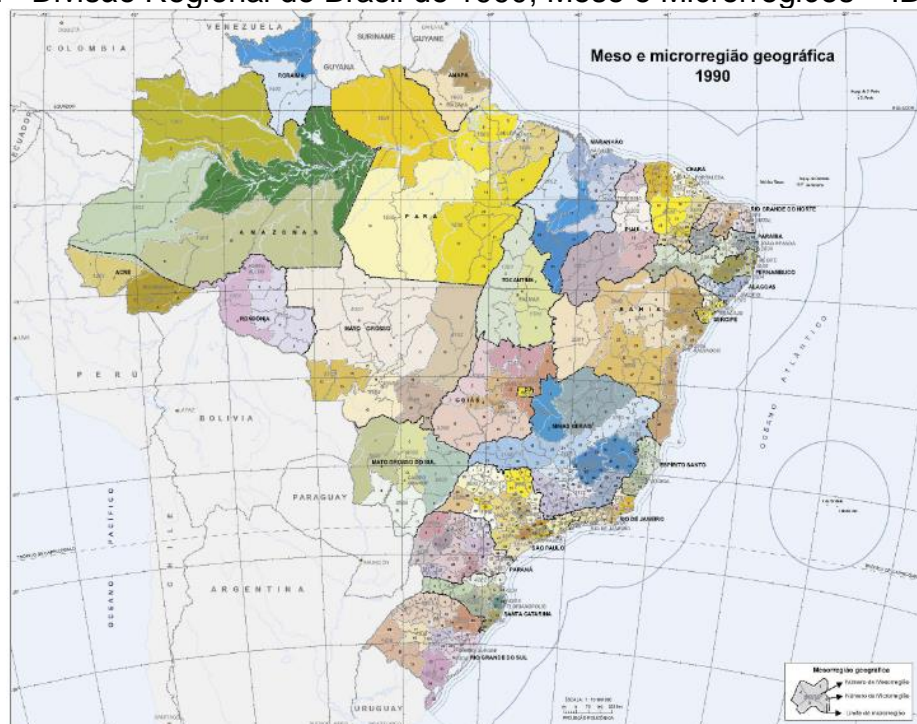
O IBGE para caracterizar e diferenciar cada uma dessas definições organizadas espacialmente considerou principalmente como ponto de análise “vida de relações ao nível local”, ou seja, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pelas possibilidades de atender as populações através do comércio de varejo ou atacado dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para a identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais (IBGE, 1990, p.08).

A divisão regional proposta pelo IBGE no ano de 1990, ainda que tenha mantido em grande parte alguns dos “paradigmas” da divisão de 1970, aprimorou

tanto a metodologia para a definição efetiva das micro e mesorregiões, quanto se preocupou em incorporar conceitos e categorias dinâmicas nestas definições (como os conceitos de “processo social”, “relações de produção”, “identidade regional”, “elementos estruturadores do espaço” etc.). Foi também o primeiro documento do Instituto que traz em seu discurso conceitos do materialismo histórico, e propõe novas formas de entendimento do processo de regionalização a partir deles. Paradoxalmente, portanto, foi somente no início de um período político eminentemente neoliberal da nação, que o IBGE assume uma postura mais crítica na definição dos conceitos de região e regionalização.

Esta inovação no tratamento do fenômeno regional fica ainda mais clara quando analisamos dois textos de um dos principais pesquisadores envolvidos da divisão regional de 1990, que foi Aluizio Capdeville Duarte (1980; 1988). Duarte dá grande ênfase em seus textos – como havia feito anteriormente Milton Santos em seu *Por Uma Geografia Nova* (1978) – aos conceitos de “totalidade”, “instância social”, “formação econômico-social”, “divisão territorial do trabalho” para o entendimento do fenômeno regional. Para ele, poderia se conceituar a região “como uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social. Ela passa a ser um objeto para se entender uma totalidade social e a organização do espaço por essa totalidade” (Duarte, 1980, p.25).

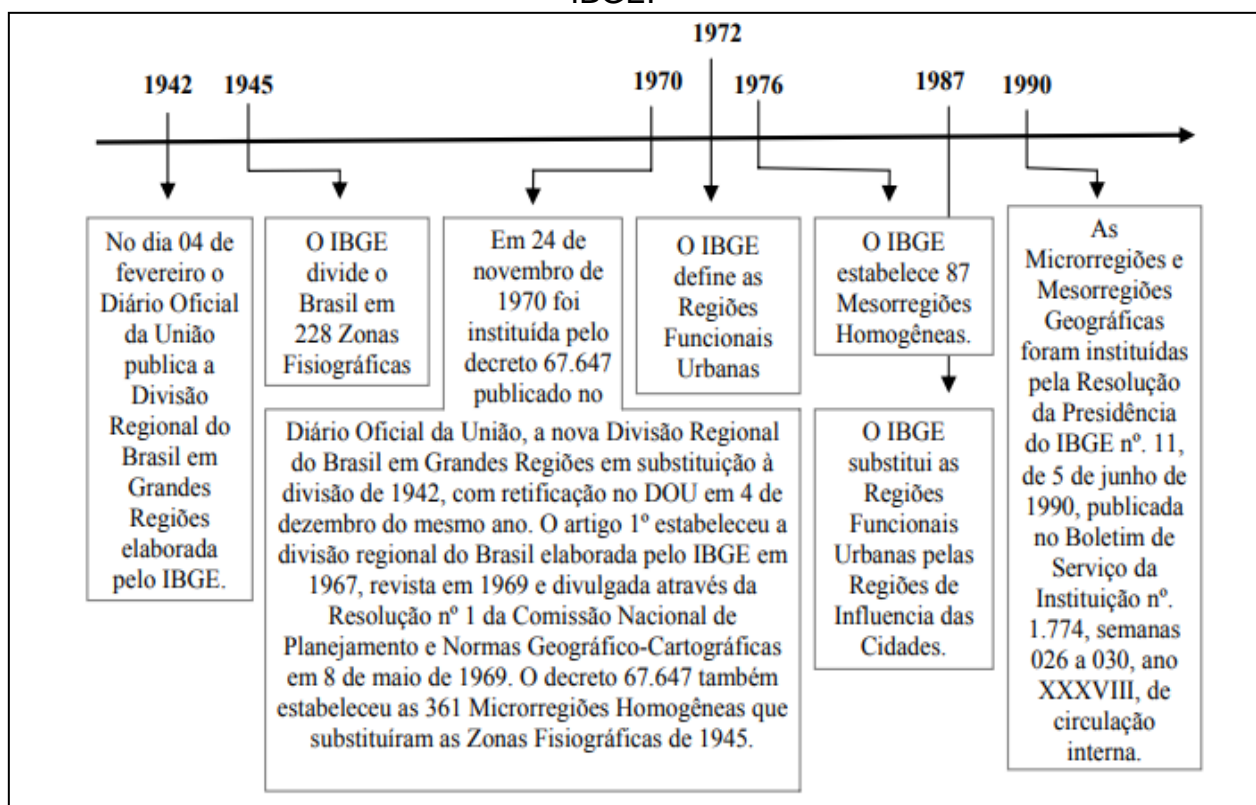
Figura 12 - Divisão Regional do Brasil de 1990, Meso e Microrregiões – IBGE:



Fonte: Atlas Nacional do IBGE, (2000).

Na década de 1990, com a criação da nova constituição brasileira, é criada uma nova divisão regional, e tais mudanças perduram até os tempos atuais, dentre as principais características dessas novas regionalizações estariam presentes a elevação do território de Rondônia à categoria de Estado, à criação do Estado do Tocantins, a extinção do território de Fernando de Noronha e sua anexação ao estado de Pernambuco passando a se tornar distrito.

Figura 13 – Linha do Tempo: as divisões regionais brasileiras elaboradas pelo IBGE:



Fonte: Silva, (2009).

A regionalização atual do IBGE trata-se de uma divisão elaborada com base na homogeneidade física, humana e econômica das regiões. Como seus limites coincidem com os limites dos estados, essa divisão se apresenta bastante prática para fins estatísticos e de planejamento. Contudo, o critério de homogeneidade adotado pelo IBGE tem sido questionado, pois na atualidade há diversas diferenças no interior de uma mesma região e, por essa razão, surgiram outras regionalizações para o espaço brasileiro, proporcionando outras leituras e compreensões do espaço geográfico do Brasil.

3.3 REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES

O IBGE, desde os anos 1960, investiga periodicamente a hierarquia dos centros urbanos e suas respectivas regiões de influência, publicando resultados que compõem a série mais completa e longa sobre a rede urbana entre os países sul-americanos. De forma que ao estudar as regiões e as regionalizações presentes no território brasileiro, torna-se necessário compreender a atuação do IBGE, bem como suas formas de compreender e aplicar estudos sobre o espaço urbano brasileiro, que se diluem em formas de recortar e dinamizar o espaço, sejam em regiões, sub-regiões que são baseadas dentro de um caráter epistemológico e técnico atendendo interesses que buscam facilitar o planejamento urbano e o desenvolvimento regional.

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades – (REGIC), cujo conteúdo prima pela longevidade, sistematicidade e atualidade de pesquisas complexas que expressam a rede urbana brasileira desde os anos 1960 e tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades (IBGE, 2020, P. 01).

A Regic serve para subsidiar assim a implantação de unidades administrativas de órgãos públicos, a criação de critérios para fomento de investimentos, a decisão de onde instalar uma filial de empresa, ou ainda a identificação de locais mais adequados para o atendimento de serviços de saúde e educação. Podemos assim compreender a utilização do REGIC como uma hierarquização a partir da influência dos espaços urbanos, como também uma forma de regionalizar tais espaços de um ponto de análise que se fundamenta na necessidade de trazer incentivos e investimentos oriundos em sua maioria do poder público a fim de proporcionar desenvolvimento e provimento de serviços essenciais.

A necessidade de conhecer a evolução da rede urbana como um processo no espaço geográfico segundo o IBGE, “constitui uma abordagem fundamental para a compreensão da geografia do País, uma vez que estabelece critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas” (IBGE, 2020, p. 9).

Egler (2015, p. 47) Destaca a relevância de se analisar e acompanhar a evolução da rede de cidades, por ser ela uma manifestação concreta da integração territorial de uma determinada região. “Pode-se afirmar que o estágio de

desenvolvimento e de complexidade da rede urbana manifesta a extensão e a profundidade do processo de integração produtiva e financeira entre as regiões e as nações”.

Segundo VELOSO FILHO (2015, p. 108) A Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas pelo IBGE na década de 1970, foi o primeiro estudo institucional da rede urbana brasileira e marcou também a aproximação dos profissionais daquele instituto com a abordagem teórica/quantitativa na Geografia. Tal estudo levava em consideração as cidades como centros econômicos, que estabeleciam fluxos e se relacionavam com outros centros urbanos e dessa maneira definiam a organização dos espaços regionais. O estudo procurou então identificar a hierarquia das cidades brasileiras e as suas regiões de influência pela identificação dos vínculos entre os centros urbanos em três dimensões: fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços ao setor produtivo e distribuição de bens e serviços à população.

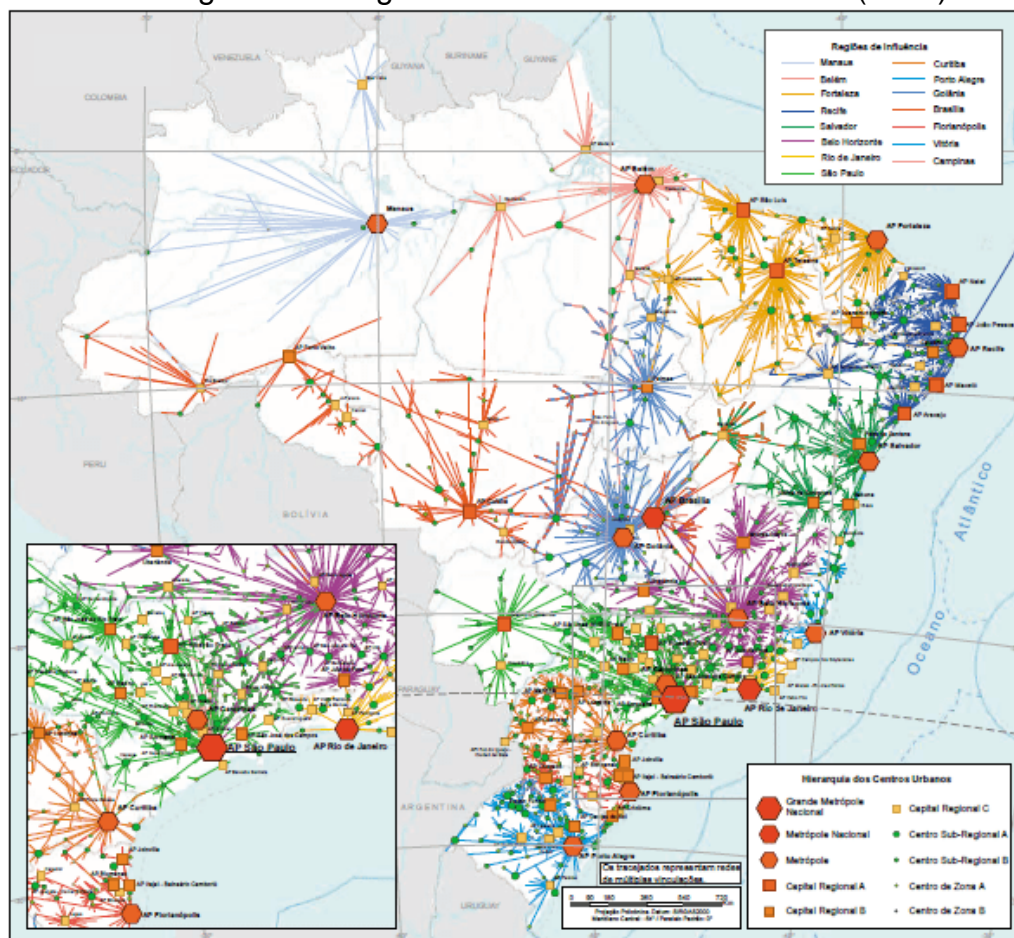
A pesquisa de 2018 (IBGE, 2020) consolida como unidade territorial de pesquisa a “Cidade”, que pode ser composta por um único município ou por um arranjo populacional. Como na pesquisa anterior, conta com a rede de agências do IBGE para aplicação de entrevistas em municípios, que investigam “o deslocamento dos habitantes no território em busca dos centros urbanos que ofertam bens e serviços”.

Os resultados dessa etapa se somam “com os dados secundários levantados sobre a hierarquia dos centros e as ligações imateriais entre as Cidades”. Para a operacionalização dessa pesquisa, foram procedidos alguns aprimoramentos na metodologia, como “o uso de três informantes por Cidade; sistemas de crítica automatizados embutidos nos dispositivos móveis de coleta; perguntas tematicamente mais desagregadas no questionário aplicado; e maior quantidade de Municípios abrangidos pelos questionários” (IBGE, 2020, p. 9).

Valeu-se ainda de estudos temáticos precedentes, realizados ao longo do período entre a penúltima e esta última pesquisa, com ênfase ao de ligações rodoviárias e hidroviárias entre centros (IBGE, 2017), assim como ajustes no tratamento dos dados de gestão (IBGE, 2014) e na definição das unidades espaciais que transcendem o município (IBGE, 2016). Ademais, além de dar continuidade à ênfase na gestão do território, agregou em sua análise a qualificação das centralidades em função das relações de longa distância, ou aquelas para além das hinterlândias (regiões de influência), caracterizadas pela inexistência das barreiras

espaciais clássicas como fronteiras, divisas ou relevos. Estendem-se, dessa forma, funções do Estado e do mercado, a partir das quais estas relações ou o seu nível de poderiam ser captados. Também inovou em qualificar os municípios da faixa de fronteira terrestre brasileira com pesquisa inédita sobre as ligações internacionais entre cidades para acesso a bens e serviços.

Figura 14 - Regiões de influência das cidades – (2018):



Fonte: IBGE, (2018).

3.4 A REGIÃO NORDESTE: A formação regional do Nordeste, a região como ferramenta de planejamento e desenvolvimento

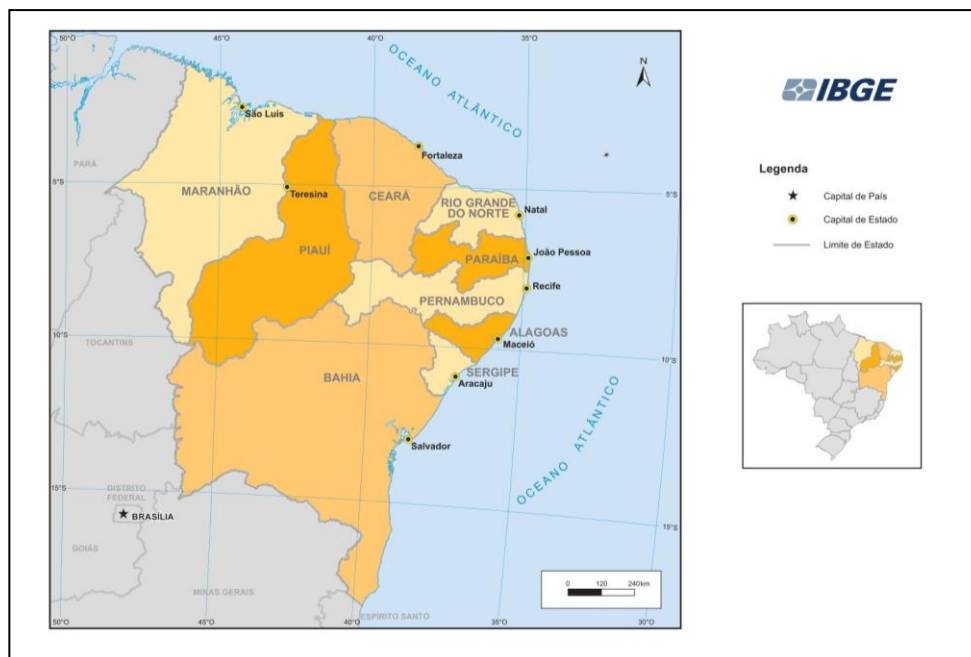
Para Santos e Silveira (2001), A região Nordeste é definida como um espaço de “rugosidades”, ou marcas de herança do passado no espaço geográfico, oferecendo resistências à difusão do meio técnico-científico informacional, que se faz presente de maneira pontual através de infraestruturas e de redes informacionais.

Segundo Manuel Correia de Andrade (1988, p.05), O conceito de Nordeste parte de exista uma aceitação da região nordestina, no novo Brasil, anteriormente nos períodos que remetem ao Império e a Primeira República os Estados hoje nordestinos eram chamados de “do Norte”, onde admitia-se que o Brasil poderia ser dividido em duas partes o norte e o sul, onde ambas se contraponham. Durante a primeira república, numerosos estudiosos procuraram dividir o país em regiões, ora visando fins administrativos, ora apenas fins culturais, onde cada estudioso levava em consideração determinados elementos para identificar e caracterizar as várias regiões, inclusive as razões de no que referem a ordem política da época.

Ao considerar a divisão do país em grandes regiões na década de 1940 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde a política federal procurava diminuir a autonomia dos estados e criar uma integração nacional, a partir do fortalecimento central, as regiões serviram para basear as ações administrativas e estatísticas. Tal divisão regional levava em consideração principalmente as condições naturais, estrutura geológica, relevo, hidrografia, clima e vegetação natural, embora levasse em consideração aspectos naturais essa divisão também levava em consideração os limites estaduais, configurando as regiões.

No decorrer da segunda guerra mundial, o governo brasileiro passava a se preocupar mais com os problemas de planejamento, devido as problemáticas nordestina com relação á seca, surgiram ai políticas do estado voltadas a melhoria dessas condições nesse território, o que mudaria posteriormente novamente essa divisão regional do nordeste pautadas no desenvolvimento local

Figura 15 - Mapa Político da Região Nordeste:



Fonte: IBGE, (2019).

Diante do cenário de desenvolvimento das regiões, a região Nordeste desde o descobrimento do Brasil, esteve presente para o que se refere ao desenvolvimento nacional, seja dentro da agricultura da pecuária, dos meios de bens e consumo, porem dentro do processo de desenvolvimento socioeconômico torna uma região menos desenvolvida em comparação as demais, e isso se deve aos mais diversos fatores como o contexto histórico, a divisão regional do trabalho, e a aplicação de políticas públicas de desenvolvimento na região fora a questão climática que também se torna um empecilho e uma problemática local.

A regionalização do Nordeste brasileiro se dá principalmente através do enfoque socioeconômico e das características físico naturais, o nordeste possui nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe).

No desenrolar do contexto histórico que parte desde a década de 1940 até o período de redemocratização várias ações governamentais buscaram encontrar medidas para o desenvolvimento do país, no que se refere ao nordeste vários programas foram implantados buscando estabelecer uma nova perspectiva de crescimento local.

O vagaroso crescimento econômico, que durante muitas décadas caracterizou o ambiente econômico nordestino (ARAUJO, 1997), foi substituído pelo forte

dinamismo de várias atividades que se desenvolveram ultimamente na região. A pobreza, entretanto, permanece a ser uma das características mais marcantes do Nordeste quando se relaciona com o contexto nacional.

Então, a experiência do planejamento regional nordestino ocorreu nos anos 1950 a 1980, em que a economia do Nordeste começou a evoluir de acordo com o andamento da economia brasileira, e os anos 1980 e 1990 proporcionaram como características a crise do Estado e o avanço da onda neoliberal.

No início dos anos 1960 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foram aplicados esforços e recursos federais para realização de estudos, como também, a adoção de recursos naturais do Nordeste. Em particular de recursos minerais e no incremento de base econômica, sobretudo nos transportes e energia elétrica.

Esses investimentos apresentaram uma forte função para o futuro do dinamismo dos investimentos nos exercícios privados, tanto no setor industrial e no terciário. Empregando elementos que conferem o desempenho da economia brasileira no seu total com o de sua parte localizada no Nordeste, verifica-se o avanço dos referentes indicadores de participação relativa dessa região na economia do país entre 1960 e 1990, e a participação no Produto Interno Bruto (PIB) somou de 13,2% para 17,1% (ARAUJO, 1997).

Já nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e no primeiro governo de Dilma Rousseff, houve uma reformulação desta estratégia. A partir do segundo governo Lula (2007-2010), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR – 2007), coloca explicitamente a tentativa de diminuir as desigualdades regionais através de investimentos estruturantes em áreas estratégicas das sub-regiões consideradas menos desenvolvidas do país (Manoel, 2007).

O PNDR, por sua vez, assume a impossibilidade de se alcançar o desenvolvimento sem a intervenção do Estado, mas entende que as ações deste estão acima das disputas entre classes e grupos sociais, vendo-o como um agente externo a este contexto (Barbosa, 2012).

Foca, portanto, nas regiões menos desenvolvidas, utilizando políticas de incentivo econômico, investimento em infraestruturas e programas sociais (Territórios da Cidadania e Bolsa Família), como forma de impulsionar as regiões deprimidas economicamente e integrá-las à dinâmica econômica nacional. Assume, em seu interior, uma grande contradição, pois, ao mesmo tempo em que enxerga no

desenvolvimento desigual do capitalismo a raiz da desigualdade regional brasileira, estimula o crescimento econômico sem atacar diretamente as causas estruturais desta desigualdade.

4 A REGIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO PIAUIENSE

Dentro da respectiva análise e pesquisa, destacando o estado do Piauí dentro da região nordeste torna-se necessário compreender e analisar seu espaço geográfico a partir do recorte das regionalizações presentes no território.

Cabendo destacar o processo de regionalização como um processo de divisão do espaço geográfico, a fim de um melhor entendimento dos fenômenos físicos, naturais, sociais, culturais e econômicos. A regionalização do estado do Piauí obedece a critérios atualmente estabelecidos pelo poder público, onde este busca condicionar melhor a atuação do mesmo e a implementação de políticas públicas visando o desenvolvimento regional.

O Estado do Piauí como unidade federativa do país, também sofreu influência das regionalizações propostas pelo IBGE, a modo de que os recortes espaciais e regionais proporcionam em escala estadual uma concepção de como a região integrou e possibilitou ações de políticas públicas e de ações direcionadas ao desenvolvimento regional.

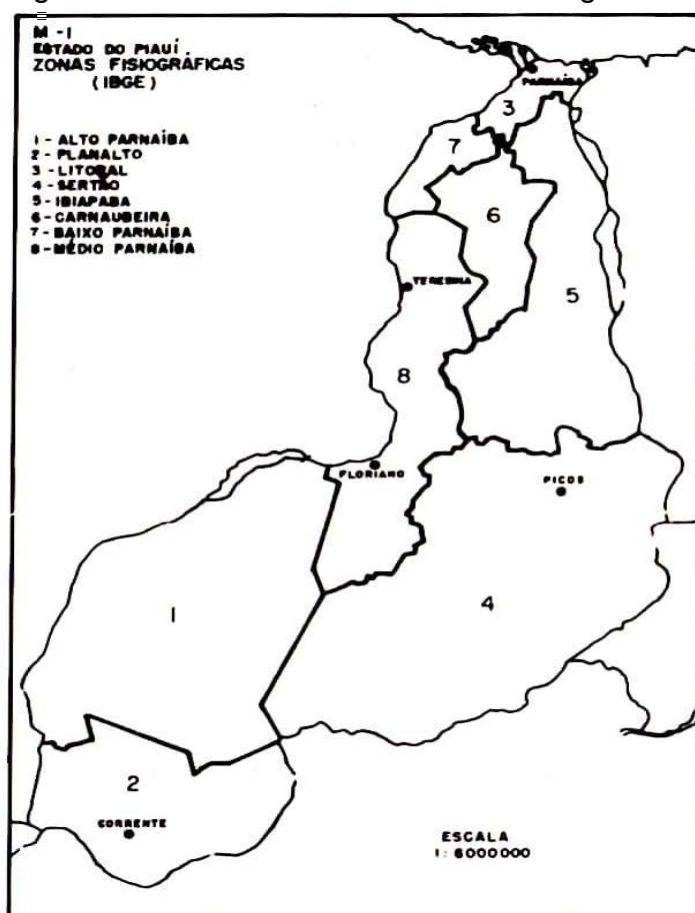
A partir do desenvolvimento e da industrialização do Brasil, o estado observou a necessidade de um planejamento econômico para o território, porém na época inexistiam estatísticas e informações básicas capazes de fornecer um diagnóstico a nível nacional, considerando a proporção territorial do Brasil a dimensões continentais o IBGE, viu a necessidade de regionalizar o espaço, ou seja dividir e caracterizar o espaço em pequenas áreas para assim facilitar a coleta de dados assim surgindo as divisões regionais, no Piauí tais recortes foram fundamentais e cabe a necessidade de analisar cronologicamente o recorte espacial elaborado pelo IBGE, e as regionalizações que se instituíram ao decorrer do tempo no espaço geográfico piauiense.

A regionalização do Piauí em Zonas Fisiográficas: Como já apresentado sobre a divisão regional no Brasil, que surge a partir de interesses de planejamento e organização espacial, tanto como do desenvolvimento do meio urbano e o aumento da influência das redes de capital no século XX, a influência das correntes geográficas nos órgãos governamentais, sendo mais evidenciadas a partir das divisões propostas pelos geógrafos do IBGE, tal preocupação em dividir as regiões não parte apenas do nível federal, essa perspectiva regional também surge em níveis estaduais.

A partir da divisão do Brasil em zonas fisiográficas na década de 1940 pelos geógrafos do IBGE, que levava em consideração critérios como características físicas e geográficas, sociais e econômicas dadas a maior ênfase nos critérios fisiográficos, na qual o Brasil ficou dividido em Grandes regiões formadas pelos estados que apresentassem características naturais próximas.

Os estados, por sua vez foram divididos internamente por zonas fisiográficas, levando em consideração suas homogeneidades naturais e econômicas. O Piauí nesse sentido foi dividido em oito (8), zonas fisiográficas: ZF Alto Parnaíba, ZF Planalto, ZF Litoral, ZF Sertão, ZF Ibiapaba, ZF Carnaubeira, ZF Baixo Parnaíba, ZF Médio Parnaíba; como segue representado no mapa abaixo:

Figura 16 - Estado do Piauí: Zonas Fisiográficas:



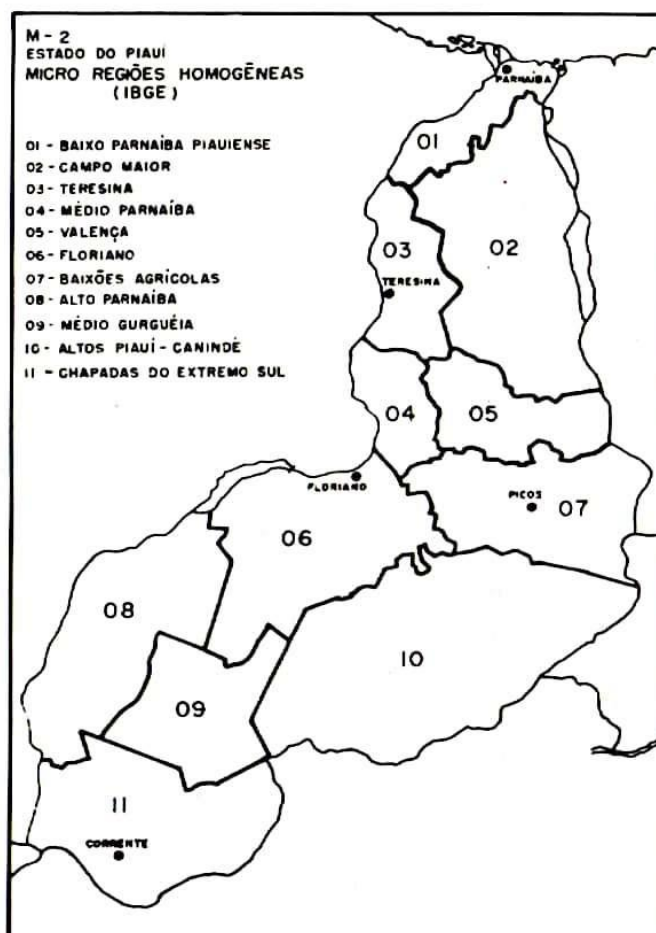
Fonte: LIMA, (1977).

Na medida em que o desenvolvimento urbano contribuía para uma acelerada no processo do planejamento regional, para adequá-lo a realidade brasileira, verificou-se que as divisões em regiões fisiográficas, se tornavam insuficientes ao se tratar de fornecer subsídios suficientes que eram exigidos para o planejamento

econômico. Partindo desse pressuposto os geógrafos do IBGE, elaboraram novas divisões agora chamadas de “Microrregiões Homogêneas”, onde prevalecia o conceito de homogeneidade da área, na qual poderia potencializar a economia de cada região e mostrar a realidade de cada área para a implantação de programas específicos.

As Microrregiões Homogêneas: No que se refere ao Piauí, seu espaço geográfico foi dividido em onze (11), Microrregiões Homogêneas sendo elas: MH do Baixo Parnaíba, MH de Teresina, MH do Médio Parnaíba Piauiense, MH de Valença, MH de Floriano, MH dos Baixões Agrícolas Piauienses, MH do Alto Parnaíba Piauiense, MH do Médio Gurguéia, MH de Altos, - Piauí e Canindé, MH de Chapada do Extremo Sul Piauiense; como representadas no mapa abaixo:

Figura 17 - Microrregiões Homogêneas; Estado do Piauí:



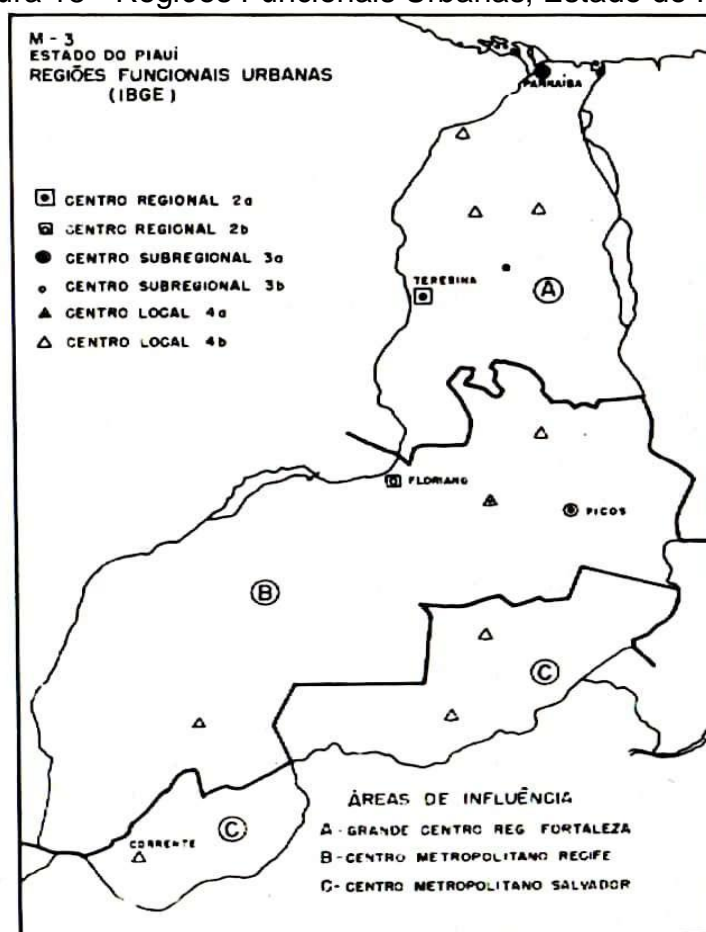
Fonte: LIMA, (1977).

Considerando a condição “estática” das Microrregiões Homogêneas, do ponto de vista do planejamento econômico, surge uma necessidade de buscar uma divisão

considerada mais dinâmica, mais uma vez os técnicos do IBGE, basearam um estudo que levou em consideração quatro pontos: a formação de fluxos econômicos entre as cidades e suas áreas de influência, a concentração de recursos de infraestrutura e serviços que seriam capazes de atrair novos investimentos, a centralização de todas as atividades essenciais e serviços nas cidades, e a hierarquia urbana.

As regiões Funcionais Urbanas: O Piauí nesta classificação surgia recoberto a partir da seguinte maneira: sua metade norte sob influência de Fortaleza, a parte sudoeste sob influência de Recife, e o sudeste de Salvador. Internamente, a hierarquia urbana é seguinte: Teresina, Centro Regional 2a, Floriano 2b, Parnaíba e Picos 3a, Oeiras 4b, Água Branca, Amarante, Barras, Luzilândia, Piripiri, Valença, Simplício Mendes, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Bom Jesus, Corrente 4b, os demais se classificam como “municípios”, como representados no mapa abaixo:

Figura 18 - Regiões Funcionais Urbanas; Estado do Piauí:



Fonte: LIMA, (1977).

Estas foram as três formas de regionalização do território brasileiro destacadas a partir de estudos da década de 1970, e institucionalizadas a nível federal, com fins exclusivamente estatísticos mas utilizados como referência para planos regionais, no caso da última obtendo uma concepção exclusivamente voltada ao planejamento regional, (LIMA, 1977).

O estado do Piauí também preocupado em organizar seu espaço geográfico acompanhando as pesquisas do país, realizou esforços afim de então regionalizar seu espaço, Desta forma criou regiões e/ ou zonas setoriais, que desempenhavam alguma função, mas de formas isoladas. Existindo portanto regiões setoriais de Saúde, Educação, Segurança pública, regiões fiscais etc., que embora seriam funcionais, não ocorrem evidências de uma complexidade que seriam consideradas organizadas e que muito menos existiria uma correlação entre as mesmas regiões.

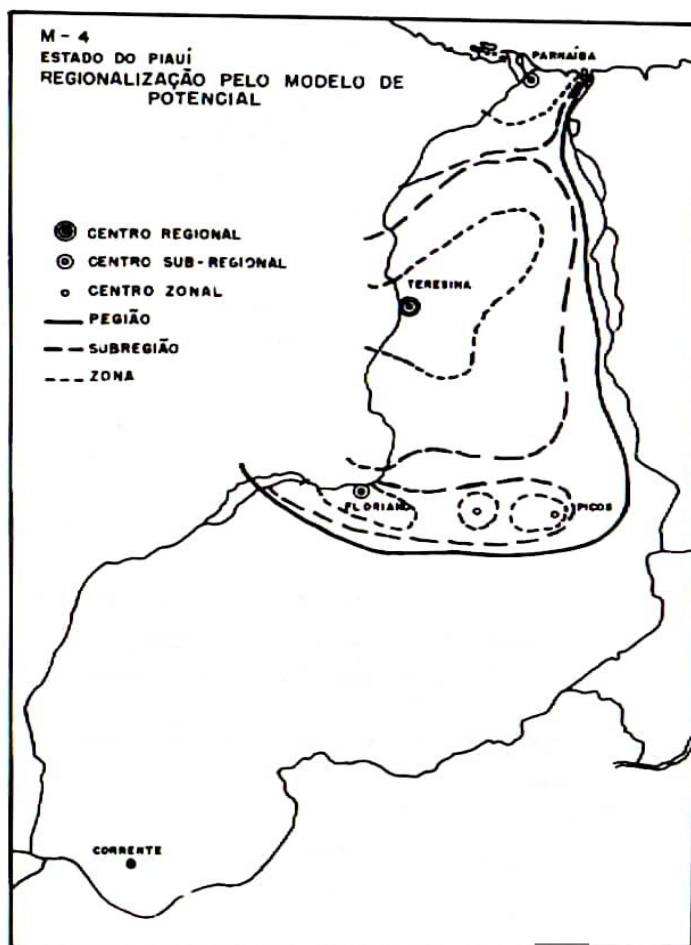
Regionalização do Modelo de Potencial: De acordo com LIMA (1977), durante a década de 1970 publicou um estudo que destacava duas pesquisas, que se fundamentavam nas técnicas de regionalização da respectiva época e que foram realizadas no estado do Piauí.

O modelo de potencial estava relativamente associado no fenômeno probabilístico da interação, que fazia com que os indivíduos pertencentes de um determinado espaço se desloquem para o centro de mais alto potencial, sempre buscando atender suas respectivas necessidades. O assim mais alto potencial indicava maior poder de atração de uma cidade, e tal indicador é obtido levando em consideração um modelo matemático que levava em consideração população e distâncias rodoviárias.

Tal modelo basicamente matemático, na realidade não oferecia muita utilidade prática para fins de planejamento regional, embora sendo considerado de grande valia numa tentativa de delimitar as áreas de influencias no estado a nível regional, sub-regional, zonal e local dos centros urbanos.

Os resultados obtidos através desse estudo demonstraram um espaço piauiense estruturado como: Teresina como Centro regional; Parnaíba e Floriano Centros Sub-Regionais; Picos e Oeiras sendo Centros Zonais como indica a referente imagem do mapa abaixo:

Figura 19 - Regionalização Modelo de Potencial; Estado do Piauí:



Fonte: LIMA, (1977)

De acordo com LIMA (1977), este estudo foi realizado pela equipe técnica da Fundação CEPRO, tendo como consultor e analista o professor R. N. Monteiro Santana, sendo assim tal trabalho realizando definitivamente a regionalização do estado e a hierarquização do sistema das cidades do Piauí.

A divisão regional aplicada pelo Governo do Estado do Piauí na década de 1970, para fins de planejamento, aproximava-se bastante da divisão regional do Brasil em regiões funcionais urbanas aplicadas pelo IBGE em 1970. Foram levantados os vínculos mantidos entre os centros urbanos especificamente no que se diz respeito aos fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços à economia e à população.

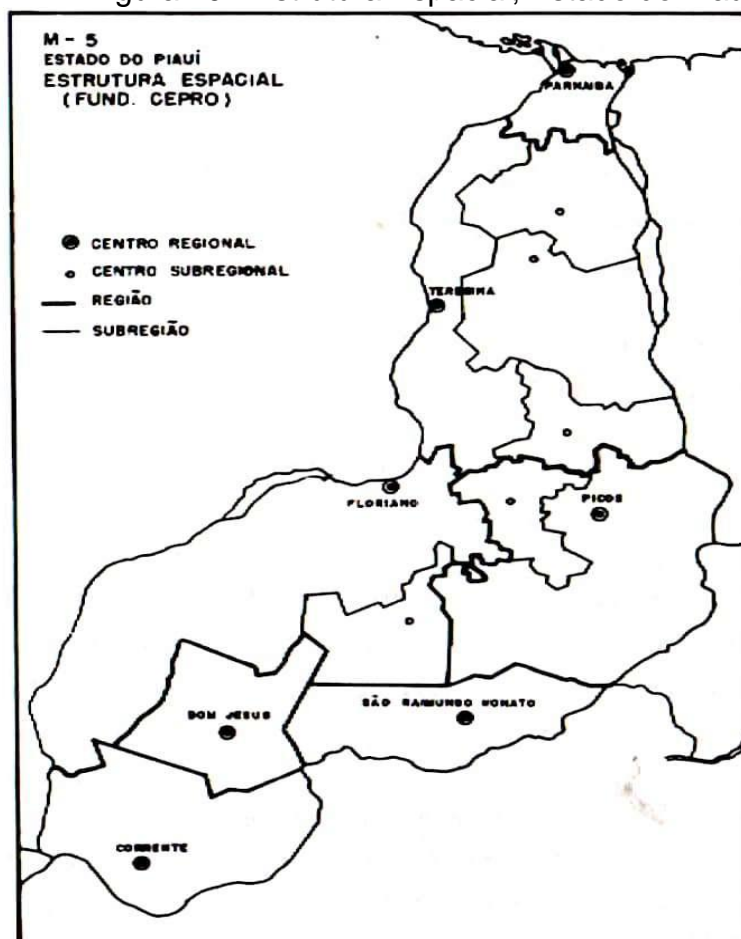
Estão assim contidas nesse trabalho:

- I. A divisão regional do estado;
- II. A caracterização urbana das diversas regiões e a hierarquia funcional relativa aos subsistemas de cidades em formação;

- III. A definição das pré-condições básicas de uma política regional e urbana adequada a realidade do Estado;
- IV. O modelo de decreto sobre a regionalização do estado do Piauí e sobre o sistema estadual de Desenvolvimento Urbano e Local (SEDUL).

A divisão espacial assim compreenderia sete (7), regiões denominadas regiões em organização, cujos centros regionais são: Teresina, Parnaíba, Floriano, Picos, Bom Jesus, São Raimundo Nonato e Corrente, E cinco (5), sub-regiões, com seus respectivos centros sub-regionais sendo eles: Campo Maior, Piripiri, Valença, Oeiras e Canto do Buriti. Como corresponde o mapa abaixo:

Figura 20 - Estrutura Espacial; Estado do Piauí:



Fonte: LIMA, (1977).

Meso e Microrregiões: Na década de 70 do Século XX as microrregiões piauienses foram agrupadas por suas semelhanças, formando, então, três mesorregiões. Na década de 80, com o processo de desenvolvimento econômico e a

criação de novos estados e municípios, houve uma alteração na organização do espaço brasileiro, levando o IBGE a atualizar as divisões em meso e microrregiões do País. Os critérios utilizados foram: o processo social, o quadro natural e a articulação do espaço (ARAÚJO, 2006).

O Piauí como os demais estados do Brasil, também recebeu, a partir de janeiro de 1990, uma nova divisão do seu espaço geoeconômico. De conformidade com a resolução PR n. 51, de 31.07.89, ficou aprovada a nova “Divisão do Brasil em Meso e Microrregiões Geográficas”, que foi elaborada pela diretoria de Geociências do IBGE em substituição à “Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas”, instituída em 1969. A nova divisão regional foi adotada para efeitos de divulgação dos dados e informações estatísticas a partir de 1º de Janeiro de 1990.

Entretanto essa nova divisão, não será assim definitiva, tendo em vista que a atividade humana no espaço geográfico é considerada um elemento dinâmico e muito menos a região é um elemento estático.

Modificações ocorridas no espaço ao longo do tempo mais precisamente nas estruturas sociais e econômicas, e a partir da nova constituição de 1988, motivou de certa forma uma revisão na divisão do país em Microrregiões Homogêneas. Considerando a evolução nas mais diversas escalas de organização espacial, muitos municípios evoluíram ou se modernizaram ao ponto de modificarem suas bases de produção, assim dessa forma a antiga divisão regional do país se tornava ineficiente não correspondendo mais a realidade.

Considerando também as novas constituições com a redemocratização do país, terminaram por alterar em muitos casos a divisão territorial, seja pela fusão de determinadas unidades da federação, ou pelo surgimento de novos estados e/ou municípios.

O trabalho de atualização foi desenvolvido pelo IBGE, tendo recebido a denominação de “Divisão do Brasil em Meso e Microrregiões Geográficas”. Para identificação das Mesorregiões foram estabelecidos parâmetros como: o processo social como um determinante, o quadro natural como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial (LIMA, 1991).

E para as Microrregiões foram estabelecidos dois indicadores básicos para sua identificação: A estrutura da produção e a interação espacial. Com os resultados obtidos através desta nova divisão regional mostraram o espaço piauiense dividido em 04 mesorregiões e 15 microrregiões como destacado no mapa abaixo:

Figura 21 - Regionalização do Espaço Piauiense: Microrregiões Geográficas:

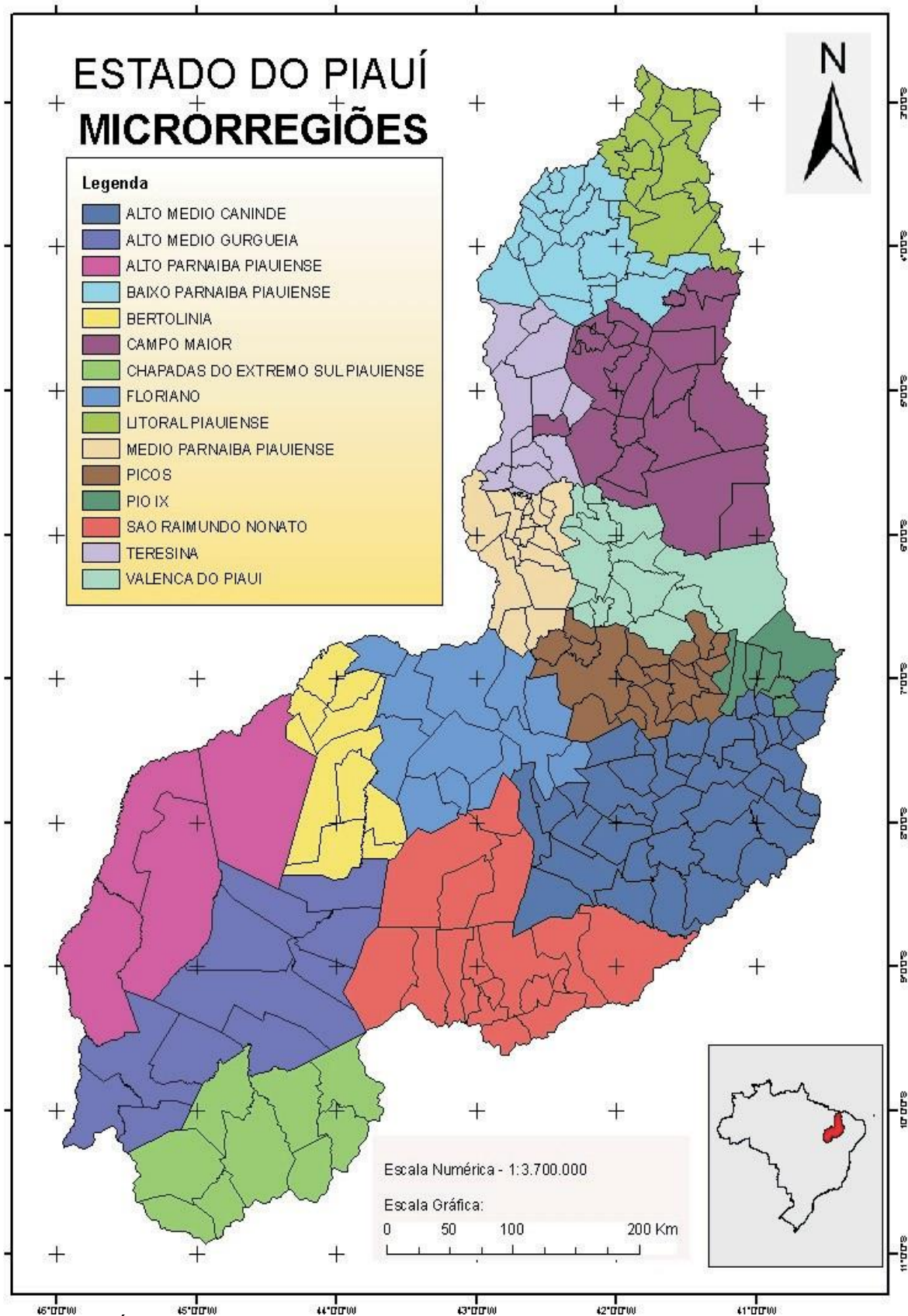


Figura 22 - Regionalização do Espaço Piauiense: Mesoregiões Geográficas:



De acordo com Alencar (2010) “a partir de 2003, em virtude das modificações nas estratégias de planejamento e implantação de políticas públicas no âmbito federal, e da necessidade de um plano de ordenamento territorial convergente com o processo de globalização, o Estado do Piauí apresenta sua proposta de regionalização, com a elaboração do projeto Cenários Regionais do Piauí e consiste em uma estratégia de desenvolvimento e planejamento de médio e longo prazo.

Nesse projeto, a ênfase foi na atuação dos planos local e regional, privilegiando como instrumentos a consulta e a participação efetiva dos municípios e comunidades nas quais pretendem atuar”.

Trata-se, portanto, da implantação de políticas públicas, por meio de uma ação integrada de planejamento que envolve todos os órgãos, programas e projetos do governo do Estado, as organizações da sociedade civil e empresas privadas mediante um conjunto de atividades regionais capazes de estimular a participação e o engajamento cooperativo das diversas instituições para promoção do desenvolvimento sustentável (PIAUÍ, 2003a).

Macrorregiões e Territórios de Desenvolvimento: Dando continuidade ao processo de regionalização do Estado do Piauí, já na primeira década do século XXI, o Governo do Estado, iniciou um processo de regionalização do território para fins de planejamento e gestão com vistas ao desenvolvimento de suas regiões. Se, na primeira década do século, o processo foi de instituição das regiões político-administrativas e consolidação dos instrumentos de planejamento e gestão, podemos considerar que a segunda década – entre os anos de 2010 e 2020 – deva ter sido o da efetivação dos planos territoriais (NOBRE; CARVALHO, 2020).

A partir do Projeto Cenários Regionais, o Poder Legislativo decretou a Lei Complementar Nº 87, de 22 de agosto de 2007, que estabelecia assim o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e criou então, para fins de planejamento governamental, 28 Aglomerados e 11 Territórios de Desenvolvimento, agrupados em quatro Macrorregiões.

Assim o Estado do Piauí passaria a apresentar três principais regionalizações para fins administrativos: as macrorregiões (MR), os territórios de desenvolvimento (TD), e os aglomerados Municipais (AG). Essa divisão político-administrativa do território em regiões para fins de planejamento e gestão correspondeu a uma configuração regional escalonada e, em certa medida, hierárquica, em que se distinguem as macrorregiões, as mesorregiões ou regiões intermediárias (os Territórios de Desenvolvimento) e as microrregiões (os Aglomerados Municipais).

As Macrorregiões foram definidas a partir do cruzamento de critérios físico-ambientais e critérios econômicos e sociais, sendo que os primeiros parecem ter prevalecidos quando se instituíram as regiões, tendo em vista que as próprias denominações das MR fazem referência aos aspectos físico-ambientais: Macrorregião do Litoral (MR 1); Macrorregião do Meio Norte (MR 2); Macrorregião

do Semiárido (MR 3); e Macrorregião do Cerrado (MR 4). Essa regionalização transcende os limites político-administrativos do Estado do Piauí, abrangendo parte do leste do Estado do Maranhão e parte do noroeste do Estado do Ceará, reforçando a prevalência dos critérios físico-ambientais em sua instituição.

As mesorregiões denominadas oficialmente de Territórios de Desenvolvimento (TD) consistem em uma segunda regionalização que parte da divisão das macrorregiões.

Em 2017, foi instituída mais uma região – a região do Vale do Rio Itaim, decorrente do desmembramento da região do Vale do Rio Guaribas, de modo que o Piauí conta, atualmente, 12 mesorregiões administrativas. As mesorregiões foram definidas a partir de critérios ambientais, econômicos, político-administrativas e a partir das conexões geográficas tendo como referência a malha viária.

Os critérios para definição dos aglomerados foram: a) municípios com proximidade geográfica correspondente a um raio de 50 Km; b) municípios que estabelecem algum tipo de relação como: comercial, utilização do sistema de saúde e/ou educacional, realização de feiras de rua etc.; c) municípios polarizados por um determinado município; d) existência de malha viária que viabilize os deslocamentos intermunicipais (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2003a).

A lei que corresponde a criação dos TD, e os respectivos critérios que foram abordados, que se baseia nas características ambientais, nas ocupações produtivas e no dinamismo da região, nas relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades, na regionalização político-administrativa e nas malhas viárias existentes.

Os Aglomerados são formados por municípios que mantêm relações socioeconômicas e de proximidade entre si e alguns podem ser considerados como cidades locais e estariam mais próximos de formarem microrregiões mais inter-relacionadas às cidades pólos.

A Lei Complementar Nº 87 de 22/08/2007, que estabeleceu a criação das Macrorregiões e dos Territórios de Desenvolvimento definiu:

1. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências.

2. Ficam estabelecidos, para fins de planejamento governamental, 28 Aglomerados e 11 Territórios de Desenvolvimento no Estado do Piauí, em 4 Macrorregiões, organizados na forma do Anexo Único.
3. A regionalização para o desenvolvimento fundamenta-se em características ambientais; vocações produtivas e dinamismo das regiões; relações sócio-econômicas e culturais estabelecidas entre as cidades; regionalização político-administrativa e malha viária existente. Os Territórios de Desenvolvimento Sustentável constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações e da regionalização do orçamento.

O complemento da lei que criou os Territórios de Desenvolvimento que foi alterada posteriormente para a criação do território do Vale do Itaim que decorreu da subdivisão do Território Vale do Rio Guaribas. A Lei nº 6.967, de 03 de abril de 2017 que altera a primeira lei estabelece:

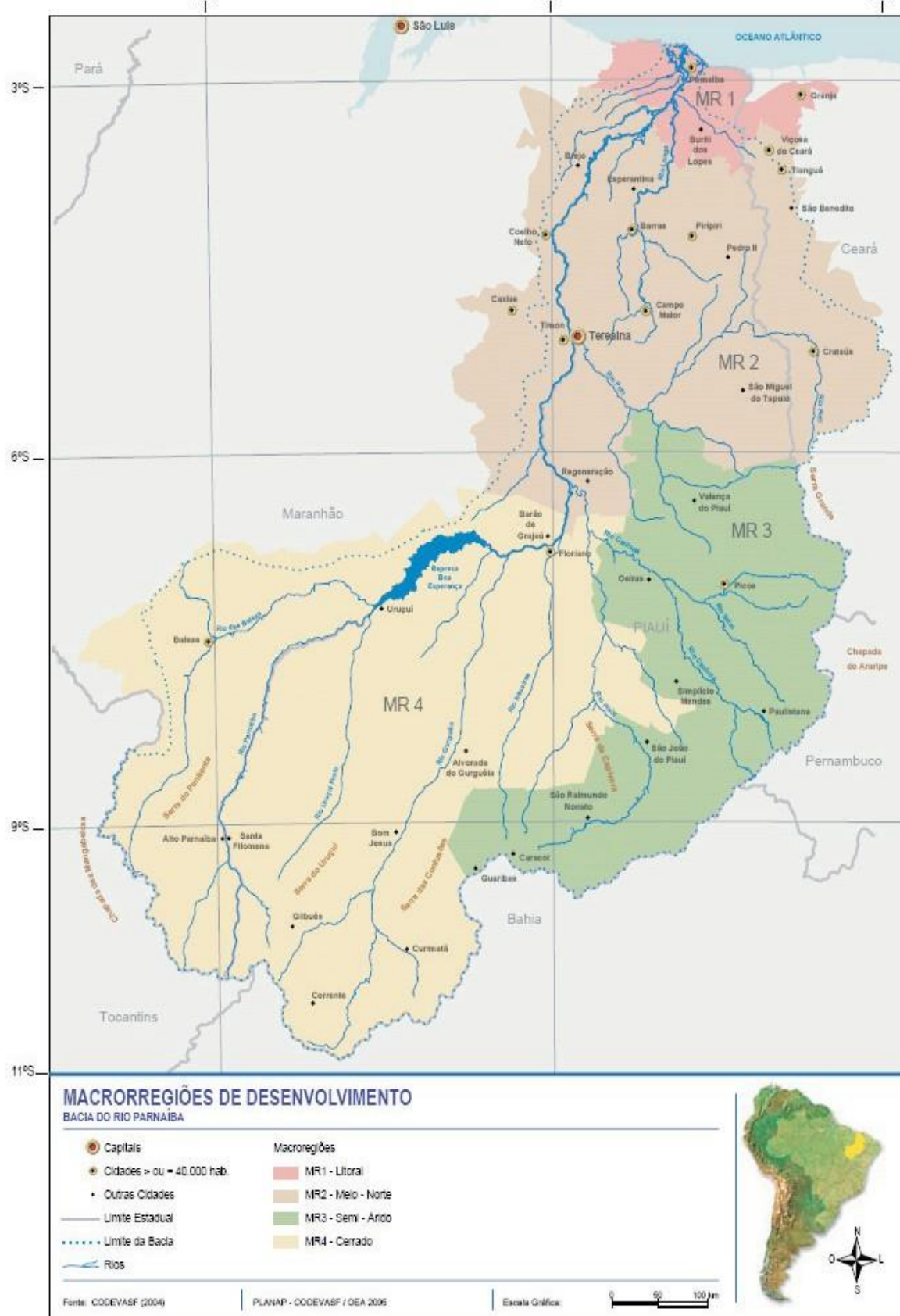
1. Esta Lei cria o Sistema de Planejamento Participativo Territorial, estabelece seus órgãos integrantes e as formas de participação na formulação dos Planos Plurianuais, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anuais, dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios e do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí, composto por 28 (vinte e oito) Aglomerados e 12 (doze) Territórios de Desenvolvimento em 4 (quatro) Macrorregiões, organizados na forma do Anexo Único desta Lei." (NR).
2. I - aglomerados: conjunto de municípios de um mesmo território de desenvolvimento que possuem características semelhantes, agregados a partir do cruzamento de critérios socioeconômicos, considerando a proximidade geográfica e as relações já estabelecidas entre eles, considerando o desenvolvimento de atividades produtivas comuns, com potencialidade de convergência para eixos econômicos e sociais; II - territórios de desenvolvimento: espaço socialmente organizado, composto por um conjunto de municípios, caracterizado por uma identidade histórica e

cultural, patrimônio natural, dinâmica e relações econômicas e organização constituindo as principais unidades de planejamento da ação governamental;

III - macrorregiões: espaço geográfico composto por um ou mais territórios de desenvolvimento, cujos limites se definem pela presença de bioma comum." (AC).

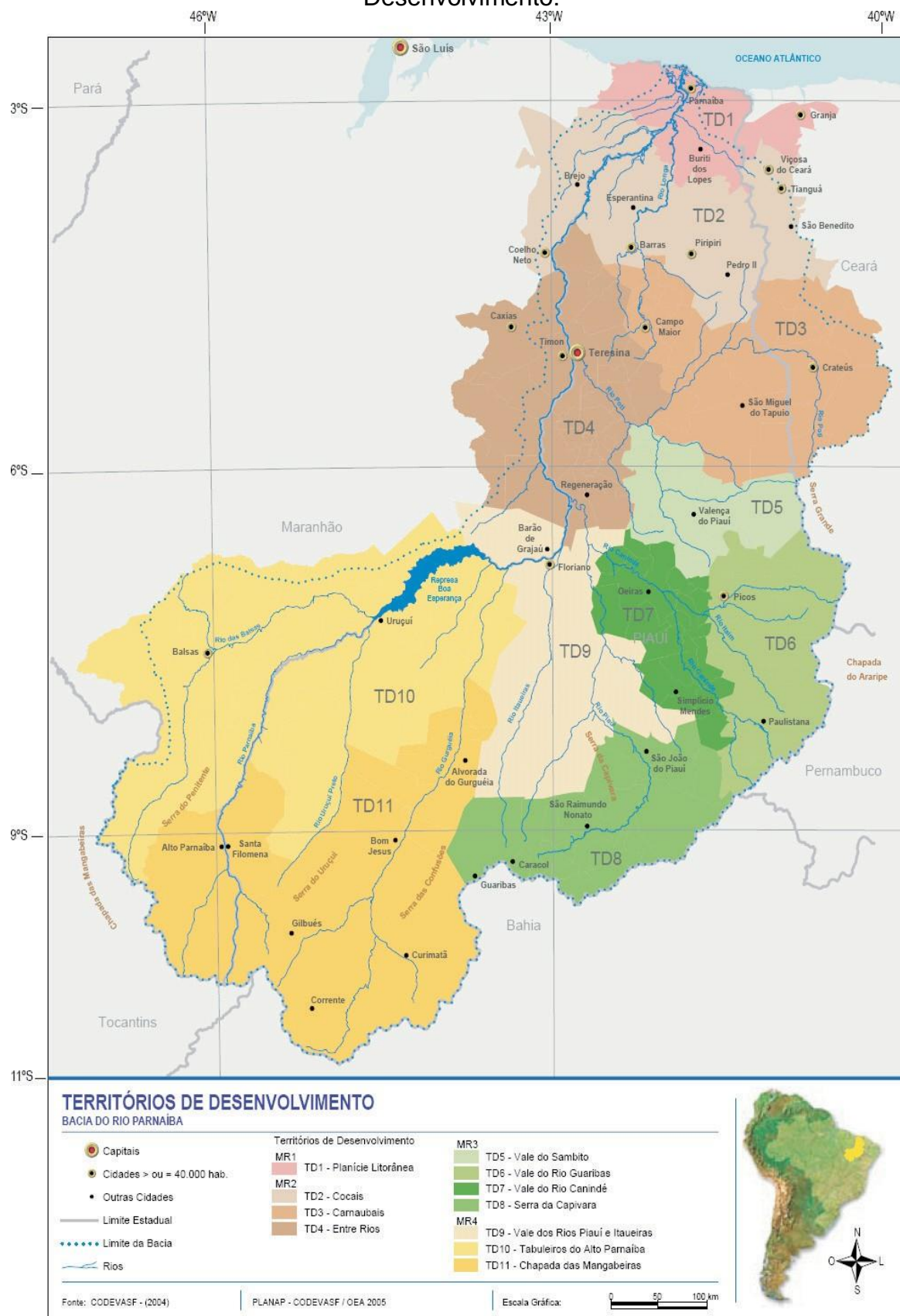
- 3.** O Anexo Único da Lei Complementar nº 87/2007 passa a ter a estrutura disposta no Anexo Único desta Lei. Parágrafo único. O Território Vale do Itaim decorre da subdivisão do Território Vale do Rio Guaribas, aglutinando os aglomerados 13 e 14 conforme elencados no Anexo Único desta Lei.

Figura 23 - Divisão Regional do Estado do Piauí em Macrorregiões:



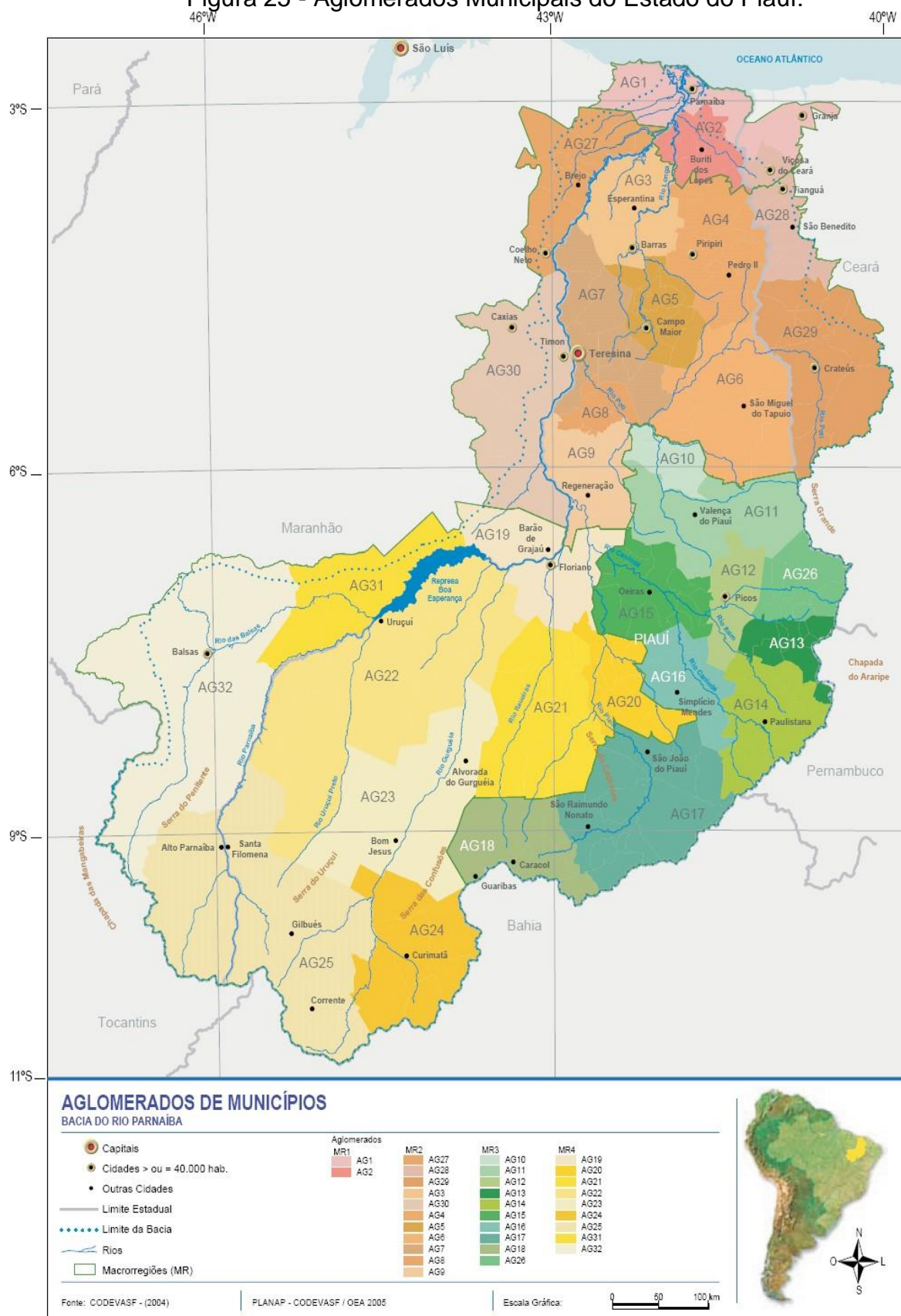
Fonte: ATLAS DA BACIA DO PARNAÍBA, CODEVASF/ PLANAP, 2006.

Figura 24 - Divisão Regional do Estado do Piauí em Territórios de Desenvolvimento:



Fonte: ATLAS DA BACIA DO PARNAÍBA, CODEVASF/PLANAP, 2006.

Figura 25 - Aglomerados Municipais do Estado do Piauí:



Fonte: ATLAS DA BACIA DO PARNAÍBA, CODEVASF/PLANAP, 2006.

Os Territórios de Desenvolvimento Sustentáveis constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando à promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, à redução das desigualdades e à melhoria da qualidade de vida da população piauiense através da democratização dos programas e ações e da regionalização do orçamento. (PIAUÍ, 2017)

No Plano, a compreensão de territorialidade toma como base o conjunto das relações simbólicas que se estabelecem entre as pessoas que ocupam determinada região e mantêm suas tradições, em um campo de forças e de relações de poder econômico, político e cultural. Isto é a sobreposição do elemento humano ao espaço físico. E, a partir da visão territorial, dá-se o estabelecimento de políticas que contemplam as particularidades, problemas e potencialidades de cada território (PIAUÍ, 2007).

4.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO PIAUIENSE E AS REGIONALIZAÇÕES: A regionalização para fins de desenvolvimento local

Além de servir como base para levantamento estatístico e para o aprendizado de geografia nas escolas, a regionalização serve também para orientar as políticas territoriais do estado. Governos municipais, estaduais e federais delimitam unidades regionais dentro de seu território como forma de racionalizar os investimentos e incentivar ou de incentivar setores econômicos. Nesse caso, a regionalização se torna um instrumento das políticas de planejamento

Dentro dessas regionalizações presentes no estado do Piauí, que levam em consideração vários aspectos de desenvolvimento dentro do estado, ocorrem também outras regionalizações provenientes de outras atividades e de outras características que trazem uma singularidade piauiense dentro de um recorte espacial local, tais regionalizações tem impacto direto dentro da economia local, dentro do desenvolvimento regional, sendo essas regionalizações capazes de dinamizar os fluxos existentes, havendo assim uma melhoria das ações político-administrativas, através de uma atuação maior dos membros e secretarias estaduais.

Dentre essas regionalizações podemos destacar as regiões turísticas do Estado do Piauí, que levam ao recorte espacial as características voltadas a

atividade turística, e os aspectos sociais, culturas junto ao consumo das paisagens pelo turismo regional e local.

As ações do Programa de Regionalização no Piauí tiveram início em 2005, ainda sob a responsabilidade do extinto órgãos Piauí Turismo (PIEMTUR) e se estendem até os dias atuais sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR). Em seu momento inicial, o programa mapeou, juntamente com representantes municipais e estaduais, os municípios com vocação para o desenvolvimento do turismo.

Figura 26 - Regiões Turísticas do Estado do Piauí:



Fonte: Ministério do Turismo, (2003).

Foram estabelecidos como critérios a existência de atrativos turísticos naturais e culturais, ou, ainda, a estrutura receptiva disponível para o visitante. Desse planejamento, 121 (cento e vinte e um) municípios foram contemplados e agrupados em sete regiões turísticas: Região Turística Polo Costa do Delta, Polo Aventura e Mistério, Polo Teresina, Polo Histórico Cultural, Polo das Origens, Polo das Nascentes e Polo das Águas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003b).

Analisando ainda o cenário das regionalizações no Espaço Piauiense faz-se necessário destacar também as Regiões de Saúde, cuja concepção foi significativamente ampliada para além da mera agregação física e geográfica de municípios em uma lógica puramente assistencial, para incluir a atenção à saúde nos seus diversos níveis de cuidado, considerando a região como um “espaço vivo”

onde é pautado pela relação social, cultural, política e econômica dos sujeitos e instituições que se relacionam nesses ambientes.

Fundamentado na nova concepção de Região de Saúde, o Plano Diretor de Regionalização do Estado do Piauí – PDR/2009, buscou compatibilizar ou fazer coincidir, o máximo possível, o desenho de 11 Regiões de Saúde, com o desenho, composição e caracterização dos 11 Territórios de Desenvolvimento instituídos pela Lei nº 87/2007 do Governo do Estado do Piauí que definiu o desenho de regionalização do Estado.

Em que pese o redesenho da configuração regional do Estado, para fins de programação, análise, sistematização de dados epidemiológicos e informações de saúde, manteve-se a vinculação dos municípios dos territórios de Desenvolvimento TD.

Como afirma o Plano Estadual de Saúde do Piauí, (2020, p. 52):

Cabe reiterar que, além da mera agregação geográfica e territorial, a concepção da Região de Saúde como expressão de identidade cultural, política, econômica e social, portanto, de “Região Viva”, impôs que as mesmas fossem fortalecidas para além dos determinantes e condicionantes geográficos e territoriais de um conjunto de municípios, exigindo que os mesmos se reconhecessem e se percebessem como integrantes de uma Região, com uma identidade regional bem delimitada. Esse processo caracterizou-se como um movimento dinâmico, indutor de alterações na composição das Regiões de Saúde, tendo por base a migração e/ou movimentação de municípios entre as Regiões legalmente definidas, potencializando e garantindo efetivação da identidade regional.

Figura 27 – Regiões de Saúde do Estado do Piauí:



Fonte: Plano Estadual de Saúde do Estado do Piauí, (2020).

Juntamente com as regiões da saúde também se destacam as macrorregiões da saúde, onde estão aplicadas o desenho das macrorregiões já estabelecidas pelo estado e favorecem através desta a organização, atuação e aplicação de políticas públicas voltadas aos programas do estado para a saúde.

Como foi visto, a região como ferramenta de análise tanto do Geógrafo como da Geografia, estabelece desde os princípios do pensamento geográfico uma vertente fundamental da relação homem e natureza, principalmente quando retratamos a mesma como uma criação intelectual, esta no caso ao reconhecer as diferenciações presentes no espaço também aproxima as semelhanças assim revelando as dinâmicas decorrentes das relações humanas.

Desse modo podemos considerar a região a partir de suas funcionalidades, sua coerência produtiva e sua configuração territorial na qual essa concebida como uma parte de um espaço absoluto, ou subespaços constituídos através de determinada diferença, compondo assim o espaço em sua totalidade.

As regionalizações presentes no território nacional ao longo dos anos retratam a região como uma ferramenta, não estática que sempre compreende as dinâmicas e os fluxos que se apresentam, considerando que a importância desta para a sociedade, é demasiadamente necessário mais pesquisas e estudos que possibilitem um desenvolvimento ainda mais concreto do pensamento regional, dessa forma torna-se papel do Geógrafo, da Geografia e do Poder Público, sempre manter o diálogo da regionalização a frente dos debates, ressaltando a importância desta como uma ferramenta que organiza e compreende o espaço e possibilita um melhor entendimento das necessidades dos sujeitos que se apresentam.

Ao que se refere às regionalizações do Estado do Piauí, é evidente a partir da aplicação do conceito de Região geográfica, propostas de regionalizar o Piauí, como alternativas de melhor conduzir por meio dos órgãos e secretarias, os investimentos, as potencialidades das microrregiões, os recursos naturais dentro dos territórios etc. Dentre características que permeiam a criação de regiões, a percepção de sua utilização como ferramenta de planejamento é evidente, sendo necessário cada vez mais estudos a respeito haja visto que a temática é fundamental para o crescimento e organização do espaços.

5 CONCLUSÃO

A definição dos caminhos percorridos para concluir tal pesquisa foi marcada por diversas análises e questões que resultaram em constantes alterações no percurso metodológico pré-estabelecido para alcançar a viabilidade do desenvolvimento da pesquisa, a realidade encontrada no recorte espacial em estudo e para contemplar os objetivos propostos.

Dentre as várias análises e questões que surgiram ao longo do estudo, compreendeu-se que o processo de regionalização é contínuo, ao analisar a evolução do pensamento geográfico do que é a região na encontramos demasiados teóricos definindo seu conceito dentro de um ponto de vista próprio do que caberia a região essa enquanto um elemento chave da Geografia. Entende-se que a região evoluiu juntamente com a Geografia, e possibilitou a essa um diálogo mais amplamente definido, onde a região estrutura a ciência geográfica definindo o seu ponto de estudo.

A aplicação do conceito de região no Brasil sofreu fortes influências dos teóricos europeus, onde os principais autores que delimitaram suas propostas regionais são pautados nas correntes e nos pioneiros da Geografia, estes que definiam a região como tema de debates geográficos, essa repentina influência chegou a ser pauta após uma necessidade do Estado Brasileiro em organizar o seu território para facilitar a compreensão de como este se organizava, a atuação do IBGE a partir da regionalização do país é considerada um dos maiores feitos do órgão, mudando o paradigma de como eram tratados os estudos regionais e as principais políticas públicas do estado a partir do século XX.

Em virtude das regionalizações propostas pelo IBGE, estas sendo hierarquizadas e direcionadas também as unidades da federação, os estados são regionalizados a fim de uma determinada necessidade de planejar o desenvolvimento local e construir elementos apropriados para a consolidação de políticas públicas e direcionamento de verbas que possibilitam o crescimento econômico, assim juntamente com os governos estaduais são criadas propostas de regionalização onde vários elementos são levados em consideração para que haja essa divisão/recorte espacial, dentre eles condicionantes sociais, culturais, econômicas, naturais e ambientais como clima, vegetação, relevo, hidrografia. E assim se estabelecem as regionalizações.

No estado do Piauí as regionalizações a partir do século XX foram estabelecidas através do recorte proposto pelo estado, e sabendo que a região não é um conceito estático foram sofrendo transformações no decorrer do tempo, em decorrência da evolução das cidades, urbanização, e industrialização, constituindo assim a necessidade de compreender a importância da região não somente para estudos geográficos, mas para a sociedade como um todo.

Cabe salientar que tal discussão não se finaliza com o recorte teórico logo a região acompanha as dinâmicas da sociedade e do espaço sendo necessário sempre abordar esta como um conceito importante e enxergando como necessário diante das condicionantes globais.

Por fim, diante do panorama apresentado, almeja-se que essa pesquisa venha se apresentar como um ônus para os estudos referentes à temática geográfica dos estudos regionais, destacando a sua importância como ferramenta de atuação dos governos através da efetivação de políticas públicas, que possam avir contribuir com o desenvolvimento regional do país, assim concluiu-se que esta pesquisa ocorreu de maneira satisfatória, e contribuindo com rica experiência de estudos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. "O IBGE e a formação da nacionalidade: território, memória e identidade em construção". In **Anais da ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. 2007. 9p. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0894.pdf> (Acesso em 16/02/2022).

ALENCAR, Maria Tereza de. Caracterização da macrorregião do semiárido piauiense. In: SILVA, C. M. S. **Semiárido Piauiense: educação e contexto**. Campina Grande-PB: Triunfal Gráfica, 2010.

ALMEIDA, Roberto Schimdt. "A Geografia do IBGE: Um Esboço Histórico". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** v. 164, n.418. Rio de Janeiro: IHGB. 2003. pp. 79-99.

_____. **O pensamento Geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro**. In: MARTINS, R.A.; MARTINS, L.A.C.P., SILVA, C.C.C.; FERREIRA, J.M.H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004. p. 410-415

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. Editora Atica, 1988.

_____. "O Pensamento geográfico e a realidade brasileira". In **Boletim Paulista de Geografia** No. 54. 1977. pp. 5-28.

ARAÚJO, José Luís Lopes (Coord.). **Atlas Geo-histórico e cultural do Piauí**. João Pessoa: Grafset, 2006.

ARAUJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, abr. 1997.

ATLAS NACIONAL DO BRASIL. 3, Ed. **Rio de Janeiro**: IBGE, 2000.

BARBOSA, R. N. C. A política nacional de desenvolvimento regional: da "letra da lei" ao sentido do texto. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 37-50, jan./jun. 2012.

BARAT, Josef. **A Evolução dos transportes no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE/IPEA. 1978.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da bacia do Rio Parnaíba. **Atlas da Bacia do Rio Parnaíba**. Brasília (DF): TODA Desenho & Artes, 2006.

CAPEL, Horácio. **Filosofia y ciencia em La ciencia contemporanea**. Barcelona. Ed. Barcanova, 1985.

CARVALHO, Carlos M. Delgado de. **Methodologia do ensino geográfico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

CARVALHO, Gisélia Lima. Região: a evolução de uma categoria de análise da Geografia. Goiânia. **Boletim Goiano de Geografia**, volume 22, nº 01, jan./jun. de 2002.

CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia de. et al. (Org). **O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: numa leitura geográfica**. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1997.

CLAVAL, P. (1974). **Evolución de la Geografia Humana**. Barcelona, Oiko-Tau Ed. CLAVALL, P. **An Introduction to Regional Geography**. Nova York: Blackwel, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. Resolução n. 72, de 14 de julho de 1941a. Fixa o quadro de divisão regional de Brasil [...] e dá outras providências. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano IV, n.1, jan. março 1942, p. 217-218.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis nova série**, (3). Rio de Janeiro. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed. Série Princípios

_____. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 1995.

DE ASSIS VELOSO FILHO, Francisco. Análises Geográficas do espaço regional: referências conceituais, metodológicas e estudos aplicados no Brasil. **Revista Equador**, v. 4, n. 1, p. 1-180, 2015.

DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL: Mapas e Histórico das Divisões. **Geografia Xôu**. 2016. Disponível em: < <http://geografiaxou.blogspot.com/2016/10/divisao-regional-do-brasil-mapas-e.html>> Acesso em 01 de mai de 2022.

DUARTE, Aloísio Capdeville. "Regionalização: considerações metodológicas". In **Boletim de Geografia Teorética** Vol. 10, no. 20. 1980. pp. 5-32.

EGLER, C. A. G. Referenciais básicos para uma metodologia de identificação do sistema urbano da América do Sul. In: FURTADO, B.; PÊGO, B. (Coords.). **Rede urbana e integração produtiva no Brasil e na América do Sul**. Brasília: Ipea; Cepal; Ipardes, 2015. Relatório de pesquisa.

_____. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. pp. 207-238.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

GALVÃO, Marília Velloso; FAISSOL Speridião. "Divisão regional do Brasil". In **Revista Brasileira de Geografia** Vol. 31, no. 4. 1969. pp. 181-218.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. **Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão**. In: GAIO, R. (org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

GEIGER, Pedro Pinchas. "Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas Chamadas "Regiões Homogêneas". In **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 27, no. 2. 1967. pp. 59-64.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. IBGE: um retrato histórico. Rio de Janeiro: IBGE. **Departamento de Documentação e Biblioteca (Série Memória Institucional, no. 5)**. 1995. 61 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. Ed. **Bertrand Brasil**, 1995.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. **Divisão regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

HAESBAERT, Rogério. Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2010.

_____. Região, **diversidade territorial e globalização**. Geographia [revista da pós-graduação em geografia da UFF], Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2018**. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____, Acervo fotográfico **Biblioteca IBGE**. 2019. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>> Acessado em 18 de jul. de 2022.

_____. 2017: o ano da agricultura. **Retratos a revista do IBGE**, Rio de Janeiro, 2017, n6, 28p. 2017. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=72929&view=detalhes>> Acessado em 20 de jul de 2022.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**, 1999. 2000.

_____. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: Diretoria de Geociências, IBGE, 1990 (3 Volumes).

_____. **Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas 1968**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia. IBGE, 1970.

HARVEY, D. (1973). ***Social Justice and the city***. London, Edward Arnold.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999a.

_____. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org). In: **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto. 1999b.

LIMA, Gerson Portela. Regionalização do Piauí: Estudo Cronológico. **Carta Cepro**, Teresina, v. 4, n. 2, p. 1-8, maio/ago. 1977.

LIMA, Vilma Maria Moura Santos. Piauí: Nova Divisão em Meso e Microrregiões Geográficas. **Carta Cepro**, Teresina, v. 14, n. 1, p. 57-65, jul./dez, 1991.

MAGNANO, Angélica Alves. “A divisão regional brasileira. Uma revisão bibliográfica”. In **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 57, n. 4. 1995. pp. 65-92.

MANOEL, A. A política regional no governo Lula II. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, ano 4, ed. 34, 2007.

MATOS, Fábio de Oliveira. **Formação e limitações regionais do plano de desenvolvimento sustentável da região turística do meio-norte**. 2013. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo: **Roteiros do Brasil**. Brasília, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec. 1988.

_____. de. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MORAES, L. B.; ARRAIS, T. D. **Regionalizações do Brasil**. Observatório de Goiás. UFG. 2002. Disponível em: <<https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/p/2343-mapas>> Acesso em: 15 de jun. 2022.

NOBRE, Carlos Eduardo; DE CARVALHO, Kelly Cristina Melo. REGIONALIZAÇÃO DO PIAUÍ COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas-(ISSN 1808-2653)**, p. 183-217, 2020.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE (Documentos para Disseminação) 1993. 124p.

PEREIRA, Rubens de Matos, Fany Davidovich, Pedro Pinchas Geiger e Roberto Lobato Correia. "Estudos básicos para definição de polos de desenvolvimento no Brasil". In **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 29, no. 1. 1967. pp. 82-101.

PERIDES, Pedro Paulo. "A divisão regional do Brasil de 1945: realidade e método". In **Orientação. Instituto de Geografia da USP**. 1992. pp. 15-22.

_____. A divisão regional do Brasil de 1968: propostas e problemas. In: **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.7, p. 87-94, 1994.

PIAUÍ. (2020). Secretaria Estadual de Saúde do Piauí. Documento: Plano Estadual de Saúde 2020 a 2023. Diretoria de Unidade de Planejamento: Março/ 2020. 124 p. Acesso em: 01 de julho de 2022.

_____. **Lei nº 6.967**, de 03 de abril de 2017. Altera a Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Palácio de Karnak, Teresina, 2017.

_____. **Lei Complementar nº 87**, de 22 de agosto de 2007. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Palácio de Karnak, Teresina, 2007.

_____. GOVERNO DO ESTADO DO. Secretaria do Planejamento. **Cenários Regionais do Piauí**: proposta de regionalização. Piauí: Semplan, 2003a.

_____. Secretaria de Planejamento. Conferências Regionais de Desenvolvimento Sustentável: Matrizes de Interação Causa/Efeito e Propostas de Eixos e Ações para o Desenvolvimento Sustentável das Regiões do Estado do Piauí. Teresina: **Semplan**, 2003b.

ROCHA NETO, J. M.; BORGES, D. F. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. **Revista Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1639-1654. 2011.

ROCHEFORT, Michel. **L'Organisation urbaine de l'Alsace**. Paris: Ed. Les Belles Lettres/Ophrys. 1967.

SANTOS, Milton. Quantificação em Geografia. In. Santos, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Pág. 65 a 75.

_____. A natureza do espaço: espaço e tempo: **razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. "Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado". In RATTNER, Henrique. **Brasil 1990. Caminhos Alternativos do Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense. 1979. pp. 143-161.

_____. **Os estudos regionais e o futuro da geografia. 1953.** Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. Universidade da Bahia.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: **Record**, 2001.

SILVA, Simone Affonso da. Divisão Regional Brasileira: considerações acerca de seus fundamentos. **12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009.

SUERTEGARAY, D.M.A. A subordinação que recria e reinventa a natureza. Texto de exposição realizada na mesa-redonda “Perspectivas da Geografia Latino-Americana no Século XXI”, como parte da programação do **X Encontro dos Geógrafos da América Latina (EGAL)**. São Paulo: USP, 2005, 12p. (Mimeo).

THRIFT. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek. et al. (Org.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: **Difel**, 1982.

VIDAL, Francisco Baqueiro. Um caso clássico de subdesenvolvimento regional revisitado : notas sobre a formação social e econômica do nordeste brasileiro. In: SEI. **Desenvolvimento regional: análises do nordeste e da Bahia**. Salvador: SEI, 2006. (Série Estudos e Pesquisas, 73).

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ANÁLISE: (Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental)

➤ Aspectos Metodológicos e o Contexto da Pesquisa:

O respectivo Projeto de Pesquisa tem por objetivo ser um documento formal, que por si possui ações planejadas, dentre as quais serão trabalhadas no processo de pesquisa, o projeto de pesquisa consiste em um roteiro geral, anterior a pesquisa, que se torna essencial a pesquisa científica.

Para a elaboração desse estudo e pesquisa, é portanto necessária à adoção de procedimentos metodológicos, que por sua vez tornam-se fundamentais para que sejam efetivos os resultados almejados com os questionamentos e objetivos inicialmente propostos no Projeto de Pesquisa, compreender e entender a concepção da região como elemento da Ciência Geográfica garantindo o conhecimento técnico-científico.

A partir da Temática proposta para o Trabalho de Conclusão de Curso, do aluno Leonardo Jose da Silva Costa, no Curso de Licenciatura plena em Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), do campus “Poeta Torquato Neto”, que visa propor à “A Região Como Ferramenta de Análise do Geógrafo: as regionalizações do espaço geográfico piauiense”; É proposta uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, que consiste adjunto ao desenvolvimento das regionalizações concomitante ao pensamento geográfico crítico, observado a partir do conceito chave de Região e sua importância a partir da Ciência Geográfica para desenvolvimento e organização do espaço geográfico.

A pesquisa bibliográfica pode ser realizada independentemente ou como parte de qualquer outra pesquisa. “É a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir de teorias publicadas em livros e obras congêneres. [...] o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema: objeto de investigação” (HORN *et al.*, 2001, p. 10).

Tal modalidade de pesquisa é muito comum na área de ciências humanas e sociais, dada a natureza do estatuto epistemológico que compõe esta área. Seu

objetivo é buscar compreender as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema ou recorte, considerando – se a produção já existente.

Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (idem, p.45). Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa.

Assim, além de permitir o levantamento das pesquisas referentes ao tema estudado, a pesquisa bibliográfica permite ainda o aprofundamento teórico que norteia a pesquisa.

Foram utilizados autores que se fundamentam no referencial crítico e dialético dentro da Geografia Humanista e apresentam reflexões sobre a legitimidade e aplicação das regiões e suas finalidades tanto no cenário mundial e nacional, sua representatividade no mundo da pesquisa e sua intervenção nos diversos campos sociais, com destaque à organização espacial como método político, social, econômico e cultural.

Dentre os principais autores e obras selecionadas a partir de fichamento bibliográfico estão aqueles que através do meio técnico científico se destacam e abordam o tem de maneira concreta e usual, com caráter crítico e dialético do conceito de região.

Quadro 1 – Principais teóricos e respectivas obras do levantamento bibliográfico e documental:

AUTORES	OBRAS
Tânia Bacelar de Araujo	Herança de diferenciação e futuro de fragmentação / A macrorregião Nordeste e os modelos de planejamento e desenvolvimento regional: entrevista concedida a Hermes Magalhães Tavares e Cidoval Moraes de Sousa.
Roberto Lobato Corrêa	Espaço: Um conceito chave da Geografia / Questão regional e gestão do território no Brasil
Rogério Haesbaert	Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.

Milton Santos	A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção / O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.
Paulo Cesar da Costa Gomes	O conceito de região e sua discussão.
Sandra Lencioni	Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico.
Manuel Correia de Andrade	O pensamento Geográfico brasileiro e a realidade brasileira.

Fonte: COSTA, 2022.

Dentre os agentes a serem levados em consideração a partir da pesquisa documental estão os órgãos federais e estaduais e municipais que utilizam como organização política espacial, econômica e cultural as divisões regionais e suas análises servem de base para a construção da pesquisa.

Quadro 2 – Principais instituições e órgãos consultados no levantamento bibliográfico e documental:

ORGÃO	CRITÉRIOS ANALISADOS
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Levantamento da Regionalização do Brasil à partir dos critérios técnicos estabelecidos, elencar planos, projetos, ações, construção das regiões, evolução do Território de acordo com dados disponíveis, e a evolução do mapa das regiões brasileiras.
Secretaria de Estado do Planejamento do Governo do Piauí (SEPLAN)	Levantamento documental dos critérios estabelecidos dentro do plano regional de desenvolvimento do Estado do Piauí levando em consideração quais os principais aspectos foram analisados desde a divisão macrorregional aos territórios de desenvolvimento; analisar os dados fornecidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e sociais – CEPRO, que apresenta os principais índices indicadores sociais que são fundamentais ao segmento da Pesquisa.

Superintendência do Desenvolvimento Nordeste (SUDENE)	Analisar os programas e ações desenvolvidas pela Sudene enquanto sua atuação na região nordeste e a sua contribuição ao desenvolvimento da economia, infraestrutura e a valorização da questão social
Companhia de Desenvolvimento dos vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)	Destacar as principais ações da Codevasf dentro do âmbito regional da região norte como fator de integração e desenvolvimento.
Secretaria Estadual de Turismo (SETUR)	Analisar as regiões Turísticas do Estado do Piauí e sua contribuição através do fluxo Turístico e da valorização de espaços a partir do capital, para o desenvolvimento local.

Fonte: COSTA, 2022.

Para Martinelli (1999, p.115):

A pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar.

A partir da pesquisa documental pretende ser realizada buscando documentos, leis e registros históricos que fundamentam a pesquisa e inserem o conceito de região no cenário brasileiro, nordestino e piauiense, Com o levantamento documental também busca – se encontrar por meio dos registros realizados pelo tema, materiais que ajudam na fundamentação da pesquisa surgindo a partir de seminários, congressos, e também outros como: artigos de jornal, fitas de vídeo, diversas produções científicas e acadêmicas produzidas em capítulos de livros, artigos em revistas profissionais e material on-line.

De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fóntica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

REFERÊNCIAS:

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HORN, G. B. *et all*. **Diretrizes para a produção de trabalhos monográficos**. Curitiba: FIES, 2001.

MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. (Núcleo de pesquisa, 1).